

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	85
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	3.417.178	3.105.004
1.01	Ativo Circulante	290.758	302.455
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.418	48.205
1.01.06	Tributos a Recuperar	46.805	44.331
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	46.805	44.331
1.01.06.01.01	IR / CSLL a Recuperar	46.805	44.331
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	195.535	209.919
1.01.08.03	Outros	195.535	209.919
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	195.361	209.296
1.01.08.03.03	Outros Créditos	174	623
1.02	Ativo Não Circulante	3.126.420	2.802.549
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.005	77.660
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.02	Outros Títulos	208	217
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	79.797	77.443
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	79.780	77.402
1.02.01.10.04	Outros Créditos	17	41
1.02.02	Investimentos	3.042.723	2.720.813
1.02.02.01	Participações Societárias	3.042.723	2.720.813
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	126.066	116.358
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.774.519	2.468.490
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	142.138	135.965
1.02.03	Imobilizado	5	138
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5	6
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	132
1.02.04	Intangível	3.687	3.938
1.02.04.01	Intangíveis	3.687	3.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.687	3.938

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	3.417.178	3.105.004
2.01	Passivo Circulante	188.118	196.375
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.715	1.538
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.715	1.538
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.715	1.538
2.01.02	Fornecedores	560	900
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	560	900
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.273	34.799
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.177	34.705
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2.863
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.935	22.183
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	5.242	9.659
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	96	94
2.01.05	Outras Obrigações	176.570	159.138
2.01.05.02	Outros	176.570	159.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	175.224	157.602
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	1.346	1.395
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	0	141
2.02	Passivo Não Circulante	27.869	25.453
2.02.04	Provisões	27.869	25.453
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.511	22.095
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	23.983	19.222
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	2.298
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	528	575
2.02.04.02	Outras Provisões	3.358	3.358
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	3.358	3.358
2.03	Patrimônio Líquido	3.201.191	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.538.825	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	1.287.330
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	22.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	341.182	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.159.132	-1.158.839

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	212.129	433.125	100.532	363.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.036	-15.016	-9.181	-14.662
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	120	2.006	0	3.699
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-89	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	221.045	446.135	109.802	374.227
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	212.129	433.125	100.532	363.264
3.06	Resultado Financeiro	2.841	-92	634	-2.239
3.06.01	Receitas Financeiras	2.935	54	826	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-94	-146	-192	-2.239
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	214.970	433.033	101.166	361.025
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	214.970	433.033	101.166	361.025
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	214.970	433.033	101.166	361.025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	5,2591	10,5938	2,4749	8,8322
3.99.01.02	PN	5,785	11,6532	2,7224	9,7154
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	5,2591	10,5938	2,4749	8,8322
3.99.02.02	PN	5,785	11,6532	2,7224	9,7154

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	214.970	433.033	101.166	361.025
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-6.614	-6.614
4.03	Resultado Abrangente do Período	214.970	433.033	94.552	354.411

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-43.544	-49.551
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.987	-8.047
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	433.033	361.025
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.118	1.100
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-446.135	-374.227
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-3.520	-146
6.01.01.06	Juros Pagos	-3	-12
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	2.416	4.213
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-2.896	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.557	-41.504
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-2.474	561
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	482	2
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	1.145	-24.547
6.01.02.04	Fornecedores	-340	-431
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	177	1.006
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-26.498	-18.421
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-49	326
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	137.426	126.232
6.02.02	Juros Recebidos Mútuo Celesc D	0	409
6.02.03	Recebimento Principal Mútuo Celesc D	0	15.000
6.02.04	Dividendos Recebidos	137.426	110.823
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-93.669	-69.735
6.03.02	Dividendos Pagos	-93.528	-69.622
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-141	-113
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	213	6.946
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.205	26.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.418	33.818

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-92.144	0	-115.018
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-92.144	0	-92.144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	433.326	-293	433.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	433.033	0	433.033
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	293	-293	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	293	-293	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	341.182	-1.159.132	3.201.191

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-76.599	0	-76.599
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-76.599	0	-76.599
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	361.344	-6.933	354.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	361.025	0	361.025
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.614	-6.614
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.614	-6.614
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	319	-319	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	319	-319	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	284.745	-1.057.209	2.899.181

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	11.456	11.220
7.01.02	Outras Receitas	11.456	11.220
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.221	-8.284
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.221	-8.284
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.235	2.936
7.04	Retenções	-1.118	-1.101
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.118	-1.101
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	117	1.835
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	456.178	380.219
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	446.135	374.226
7.06.02	Receitas Financeiras	7.381	1.993
7.06.03	Outros	2.662	4.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	456.295	382.054
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	456.295	382.054
7.08.01	Pessoal	10.276	10.189
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.521	9.486
7.08.01.02	Benefícios	332	304
7.08.01.03	F.G.T.S.	423	399
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.819	10.415
7.08.02.01	Federais	12.111	9.992
7.08.02.03	Municipais	708	423
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	167	425
7.08.03.01	Juros	146	238
7.08.03.02	Aluguéis	21	187
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	433.033	361.025
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	92.144	0
7.08.04.02	Dividendos	0	76.599
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	340.889	284.426

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	11.795.191	11.628.067
1.01	Ativo Circulante	3.891.018	3.678.616
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.033.761	940.684
1.01.03	Contas a Receber	1.742.512	1.758.933
1.01.03.01	Clientes	1.560.557	1.584.123
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.909.457	1.908.703
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-348.900	-324.580
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	181.955	174.810
1.01.04	Estoques	30.574	20.019
1.01.06	Tributos a Recuperar	824.330	699.238
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	824.330	699.238
1.01.06.01.01	IR/CSLL a Recuperar	71.641	64.134
1.01.06.01.02	Demais Tributos a Recuperar	752.689	635.104
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	259.841	259.742
1.01.08.03	Outros	259.841	259.742
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	18.065	17.536
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	11.836	20.422
1.01.08.03.04	Outros Créditos	140.488	133.541
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	41.228	40.019
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	47.086	47.086
1.02	Ativo Não Circulante	7.904.173	7.949.451
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.859.083	3.143.744
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.02	Outros Títulos	208	217
1.02.01.04	Contas a Receber	16.238	19.273
1.02.01.04.01	Clientes	13.412	16.775
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	2.826	2.498
1.02.01.07	Tributos Diferidos	665.376	709.023
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	665.376	709.023
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.177.261	2.415.231
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	167.499	524.780
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	390.528	359.870
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	673.785	599.069
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	0	76.448
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	314.081	306.791
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	142.645	139.304
1.02.01.10.10	Ativo de contrato	488.723	408.969
1.02.02	Investimentos	378.744	363.279
1.02.02.01	Participações Societárias	378.744	363.279
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	236.606	227.314
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	142.138	135.965
1.02.03	Imobilizado	167.131	133.865
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.582	35.945
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	19.683	7.765

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	111.866	90.155
1.02.04	Intangível	4.499.215	4.308.563
1.02.04.01	Intangíveis	4.499.215	4.308.563
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.450.239	4.258.464
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	45.289	46.161
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.687	3.938

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	11.795.191	11.628.067
2.01	Passivo Circulante	4.114.933	3.757.419
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	220.844	227.670
2.01.01.01	Obrigações Sociais	220.844	227.670
2.01.02	Fornecedores	920.189	1.016.513
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	920.189	1.016.513
2.01.03	Obrigações Fiscais	302.154	289.797
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	121.695	118.891
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	58.301	30.996
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	48.610	49.419
2.01.03.01.03	Outros	14.784	38.476
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	178.145	168.346
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.314	2.560
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	549.764	507.699
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	371.179	297.229
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	305.420	262.833
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	65.759	34.396
2.01.04.02	Debêntures	178.585	210.470
2.01.05	Outras Obrigações	1.878.942	1.473.502
2.01.05.02	Outros	1.878.942	1.473.502
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	175.224	157.602
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	61.585	56.066
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	580.524	753.564
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	9.471	1.579
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	1.120	1.144
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a serem Restituídos a Consumidores	914.125	366.981
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	136.893	136.566
2.01.06	Provisões	243.040	242.238
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	243.040	242.238
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	243.040	242.238
2.02	Passivo Não Circulante	4.479.067	4.987.472
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.924.030	1.941.569
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.606.285	1.545.926
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	368.891	414.003
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.237.394	1.131.923
2.02.01.02	Debêntures	317.745	395.643
2.02.02	Outras Obrigações	446.190	897.732
2.02.02.02	Outros	446.190	897.732
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.252	50.410
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	104.470	106.643
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	65.162	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	232.272	733.963
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	11.034	6.716
2.02.03	Tributos Diferidos	94.235	89.214
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	94.235	89.214
2.02.04	Provisões	2.014.612	2.058.957

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.881.055	1.935.507
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	36.782	30.847
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	57.763	45.704
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.608.480	1.659.937
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	178.030	199.019
2.02.04.02	Outras Provisões	133.557	123.450
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	132.031	121.027
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	1.526	2.423
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.201.191	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.538.825	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	1.287.330
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	22.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	341.182	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.159.132	-1.158.839

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.599.831	5.206.816	2.365.674	5.042.828
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.115.490	4.554.160	1.888.859	4.704.362
3.01.02	Receita de Construção	309.032	584.540	301.922	559.154
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	170.498	55.249	166.855	-234.984
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	4.811	12.867	8.038	14.296
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.127.840	-4.238.627	-2.051.075	-4.187.367
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.597.659	-3.218.787	-1.538.996	-3.223.407
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-4.060	-7.749	-3.792	-6.600
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-217.089	-427.551	-206.365	-398.206
3.02.04	Custo de Construção	-309.032	-584.540	-301.922	-559.154
3.03	Resultado Bruto	471.991	968.189	314.599	855.461
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-159.070	-302.807	-161.515	-312.911
3.04.01	Despesas com Vendas	-55.836	-115.825	-62.697	-121.522
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.697	-301.935	-131.320	-249.646
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.509	86.410	14.471	24.988
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.954	28.543	18.031	33.269
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	312.921	665.382	153.084	542.550
3.06	Resultado Financeiro	-20.196	-73.092	-9.275	-28.768
3.06.01	Receitas Financeiras	136.327	421.948	131.175	229.098
3.06.02	Despesas Financeiras	-156.523	-495.040	-140.450	-257.866
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	292.725	592.290	143.809	513.782
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-77.755	-159.257	-42.643	-152.757
3.08.01	Corrente	-53.278	-110.589	-10.199	-152.500
3.08.02	Diferido	-24.477	-48.668	-32.444	-257
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	214.970	433.033	101.166	361.025
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	214.970	433.033	101.166	361.025
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	214.970	433.033	101.166	361.025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	5,2591	10,5938	2,4749	8,8322
3.99.01.02	PN	5,785	11,6532	2,7224	9,7154
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	5,2591	10,5938	2,4749	8,8322
3.99.02.02	PN	5,785	11,6532	2,7224	9,7154

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	214.970	433.033	101.166	361.025
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-6.614	-6.614
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	214.970	433.033	94.552	354.411
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	214.970	433.033	94.552	354.411

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.041.782	455.468
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.217.240	835.927
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	592.290	513.782
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	153.179	135.775
6.01.01.03	Crédito PIS/COFINS Depreciação direito de uso de ativos	556	333
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-28.543	-33.269
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-42.911	-53.929
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	233.601	246.305
6.01.01.07	Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos	0	-5
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-34.738	-5.542
6.01.01.09	Juros Pagos	-171.342	-113.781
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	68.885	55.731
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	7.112	22.420
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	28.626	33.534
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-12.868	-14.296
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	56.524	47.405
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	366.869	1.464
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-175.458	-380.459
6.01.02.01	Ativo Bônus Escassez Hídrica	0	101.723
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	491.090	316.085
6.01.02.03	Contas a Receber	-27.806	111.163
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	232.189	324.291
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-16.015	-4.888
6.01.02.07	Estoques	-10.555	-6.045
6.01.02.08	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-24	-101.493
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-16.200	-3.579
6.01.02.11	Fornecedores	-96.324	-207.286
6.01.02.12	Tributos a Recolher	-67.362	-740.103
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-23.984	-30.263
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-3.372	-205.996
6.01.02.15	Passivo Financeiro - CVA	-491.978	153.624
6.01.02.16	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-11.697	0
6.01.02.17	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-2.600
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-133.747	-118.777
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	327	33.685
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-875.612	-448.931
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-896.542	-470.657
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-152	-499
6.02.05	Dividendos Recebidos	21.082	22.225
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-73.093	421.629
6.03.01	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-5.264	-3.989
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-1.879	-63.779
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	137.655	610.000
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-93.528	-69.622
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-110.077	-50.981

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	93.077	428.166
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	940.684	844.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.033.761	1.272.254

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-92.144	0	-115.018	0	-115.018
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-92.144	0	-92.144	0	-92.144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	433.326	-293	433.033	0	433.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	433.033	0	433.033	0	433.033
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	293	-293	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	293	-293	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	341.182	-1.159.132	3.201.191	0	3.201.191

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-76.599	0	-76.599	0	-76.599
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-76.599	0	-76.599	0	-76.599
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	361.344	-6.933	354.411	0	354.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	361.025	0	361.025	0	361.025
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.614	-6.614	0	-6.614
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.614	-6.614	0	-6.614
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	319	-319	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	319	-319	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	284.745	-1.057.209	2.899.181	0	2.899.181

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	8.046.955	8.408.678
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.340.630	7.748.995
7.01.02	Outras Receitas	178.309	147.935
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	584.540	559.154
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-56.524	-47.406
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.447.978	-4.445.685
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.550.713	-3.572.848
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-312.725	-313.683
7.02.04	Outros	-584.540	-559.154
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-584.540	-559.154
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.598.977	3.962.993
7.04	Retenções	-153.735	-136.109
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-153.735	-136.109
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.445.242	3.826.884
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	481.450	282.038
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	28.543	33.268
7.06.02	Receitas Financeiras	450.005	244.549
7.06.03	Outros	2.902	4.221
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.926.692	4.108.922
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.926.692	4.108.922
7.08.01	Pessoal	363.049	345.332
7.08.01.01	Remuneração Direta	214.738	217.053
7.08.01.02	Benefícios	130.890	112.190
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.421	16.089
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.640.223	3.159.298
7.08.02.01	Federais	1.571.655	1.590.152
7.08.02.02	Estaduais	1.064.662	1.566.810
7.08.02.03	Municipais	3.906	2.336
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	490.387	243.267
7.08.03.01	Juros	486.011	238.135
7.08.03.02	Aluguéis	4.376	5.132
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	433.033	361.025
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	92.144	76.599
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	340.889	284.426

Comentário do Desempenho

1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas, no primeiro semestre de 2023, chegaram a R\$646,4 milhões, superando em mais de 8,46% os R\$596,0 milhões do mesmo período de 2022, evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	30.06.2023		30.06.2022		Consolidado
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Análise Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	624.050	96,54%	590.795	99,13%	5,63%
Recursos Próprios	508.471	-	465.963	-	-
Participação Financeira do Consumidor	115.579	-	124.832	-	-
Geração de Energia Elétrica	22.376	3,46%	5.194	0,87%	330,80%
Participações Societárias	152	-	499	-	-
Parque Gerador Próprio	22.224	-	4.695	-	-
Total	646.426	100%	595.989	100%	8,46%

Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R\$624,1 milhões foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$508,5 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$470,9 milhões em materiais e serviços, R\$37,6 milhões em mão de obra própria) e R\$115,6 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

Geração de Energia Elétrica

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no primeiro semestre de 2023, pela Celesc G, R\$10,6 milhões foram utilizados na aquisição de gerador fotovoltaico da UFV IV Oeste; R\$4,4 milhões foram gastos na compra e montagem do gerador fotovoltaico de 1MW para a UFV Campos Novos; R\$1,7 milhões foram alocados em comporta, conduto forçado e mobilização do canteiro de obras da US Maroin; R\$1,5 milhões foram gastos com implantação, montagens elétricas da UFV III Oeste, R\$1,5 milhões foram gastos em turbina, projeto executivo mecânico, contentor plástico e drone com acessórios da US Salto, R\$1,4 milhões foram desembolsados em painel de serviços auxiliares e automação da US Pery e R\$907 mil foram aplicados na automação de usina, disjuntores e painel supervisão e controle da US Celso Ramos.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2023 com valorização de 15,91%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou valorização de 21,73% no trimestre.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 21,75% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 23,20%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2023 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %	
	30.06.2023	2º TRI 2023	Em 12 meses	
Celesc PN	R\$ 59,00	21,75%	11,93%	
Celesc ON	R\$ 58,90	23,20%	15,11%	
IBOVESPA	118.087	15,91%	19,83%	
IEE	91.090	21,73%	15,62%	

Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2023, conforme demonstrado acima, são: R\$59,00 (cinquenta e nove reais) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$58,90 (cinquenta e oito reais e noventa centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

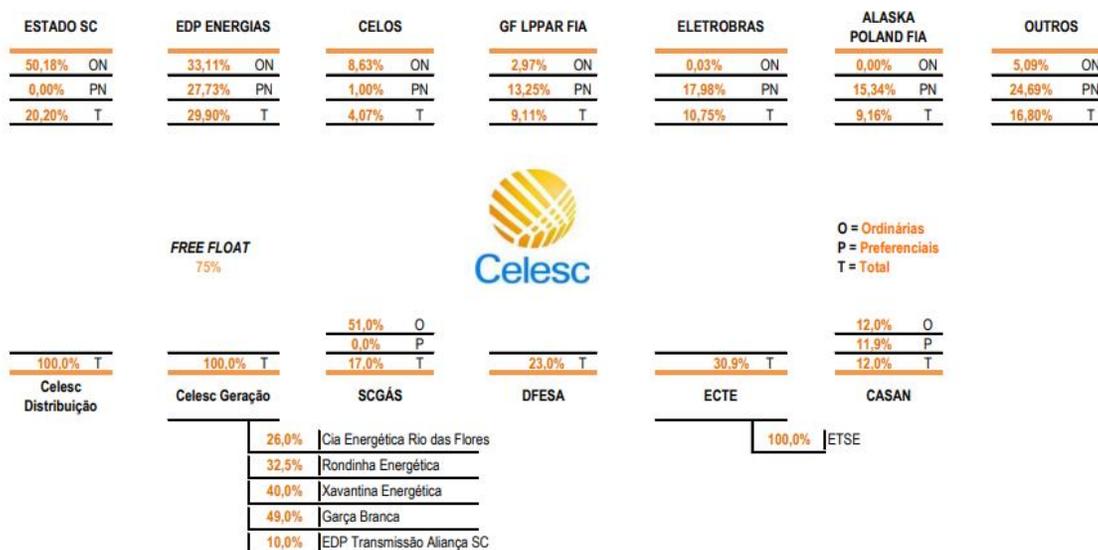
Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2%

Comentário do Desempenho

do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2023, está apresentada no organograma a seguir:

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Junho/2023



4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro semestre de 2023, com um quadro funcional de 3.833 empregados. O total de empregados representa uma redução de 0,03% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.834 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	Consolidado		
	30.06.2023	30.06.2022	Variação
Receita Operacional Bruta - ROB	7.925.170	8.379.066	-5,42%
Receita Operacional Líquida - ROL	5.206.816	5.042.828	3,25%
Resultado Operacional	665.382	542.550	22,64%
EBITDA	818.561	678.325	20,67%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	15,72%	13,45%	2,27 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	8,32%	7,16%	1,16 p.p.
Resultado Financeiro	(73.092)	(28.768)	154,07%
Ativo Total	11.795.191	11.704.306	0,78%
Imobilizado	167.131	128.779	29,78%
Patrimônio Líquido	3.201.191	2.899.181	10,42%
Lucro Líquido	433.033	361.025	19,95%

5.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

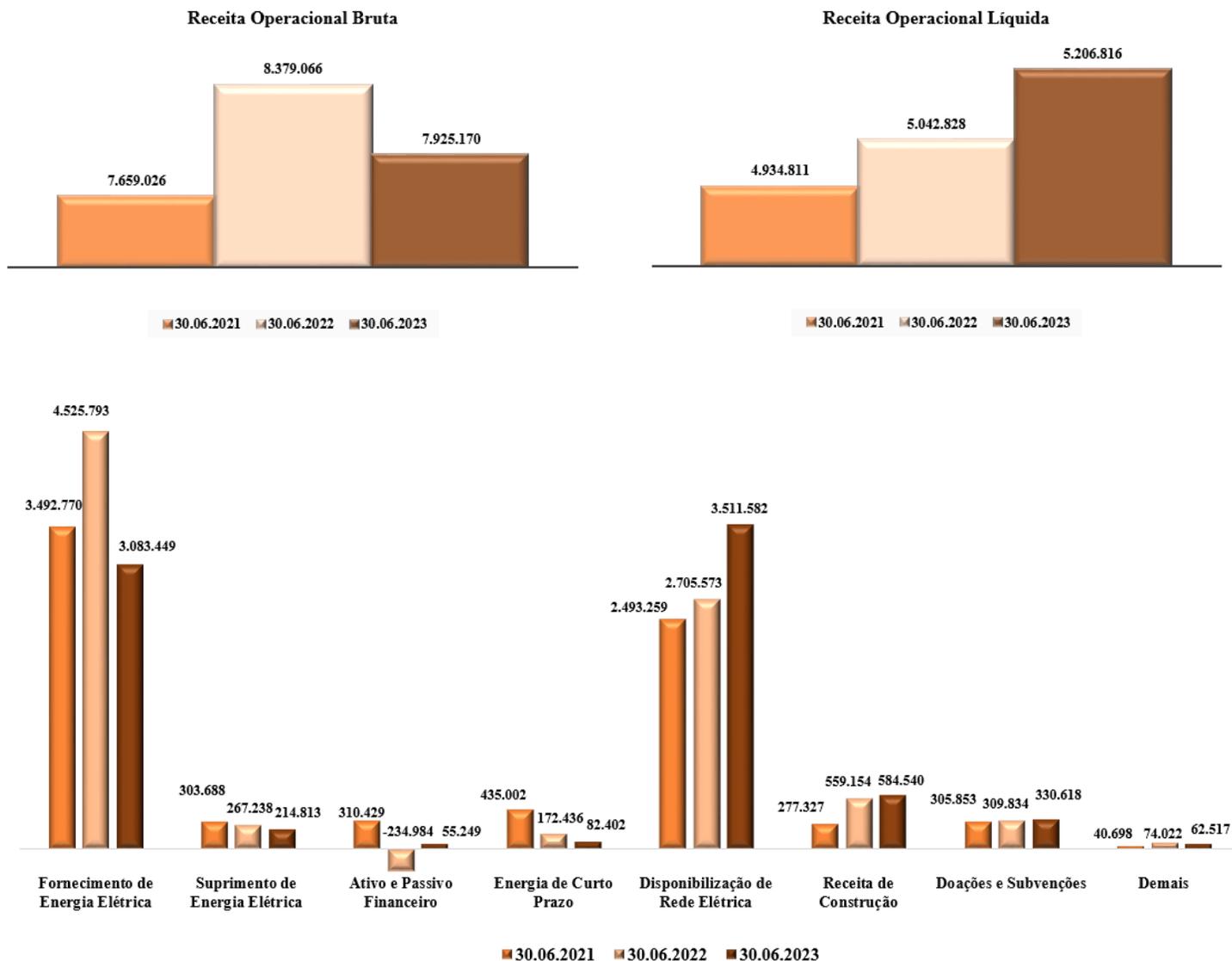
A Receita Operacional Bruta – ROB, no primeiro semestre de 2023, foi de R\$7,9 bilhões, 5,4% menor que a realização no mesmo período de 2022, que foi de R\$8,4 bilhões.

Na Celesc D, o menor desempenho da ROB foi determinado, entre outros fatores, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/Mwh. Essa resolução vigorou no período de setembro de 2021 à abril de 2022 e produziu reflexos na ROB no primeiro semestre de 2022. Outro fator relevante para a redução da ROB, por meio da Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022, com efeitos a partir de 1º de julho de 2022, que limitou as alíquotas de ICMS nos Estados, tributo considerado no faturamento de energia elétrica nas distribuidoras. Em SC, a regulamentação da LC nº 194/2022 se deu pela Lei Ordinária nº 18.521, de 3 de novembro de 2022, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2022, também.

Comentário do Desempenho

Na Celesc G, o reflexo na redução da ROB está relacionado com a diminuição da venda de energia no mercado de curto prazo e, principalmente, com o reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que são atualizados pelo IPCA e registrados nesse grupo. Estas receitas de juros e atualizações monetárias foram de R\$53,9 milhões no primeiro semestre de 2022 para R\$42,9 milhões no mesmo período de 2023, configurando uma redução de 20%, aproximadamente.

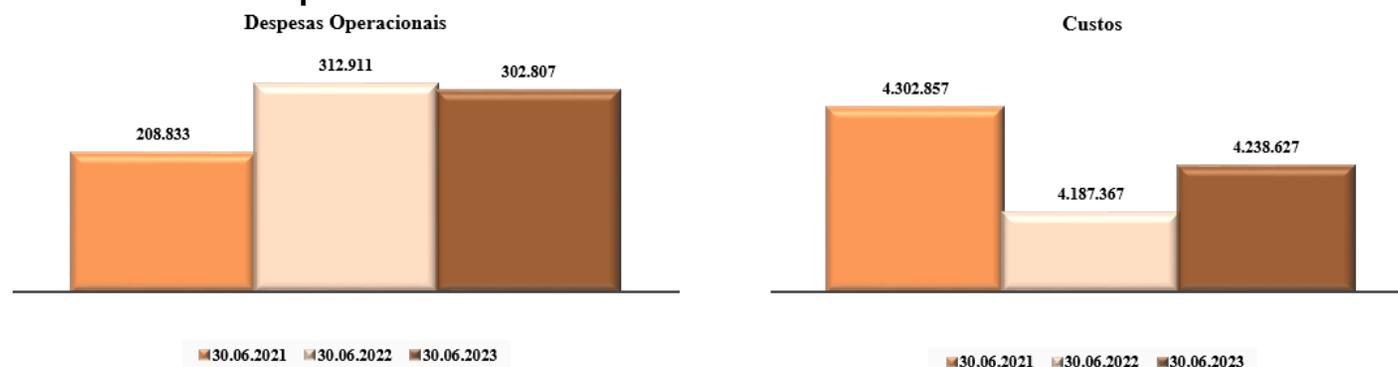
No mesmo período de 2023, a Receita Operacional Líquida – ROL foi de R\$5,2 bilhões, resultando um aumento de, aproximadamente, 3,25% em comparação a 2022, que foi de R\$5,0 bilhões.



5.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 0,91%, aproximadamente, quando comparado o primeiro semestre de 2023 e 2022. Os custos com energia aumentaram 1,22% e as despesas operacionais reduziram 3,23% nos períodos analisados.

Comentário do Desempenho



Na Celesc D, houve um aumento de, aproximadamente, R\$28,1 milhões nos custos e despesas operacionais. A principal justificativa é o aumento de 2,7% verificado no custo com encargo de uso de sistema.

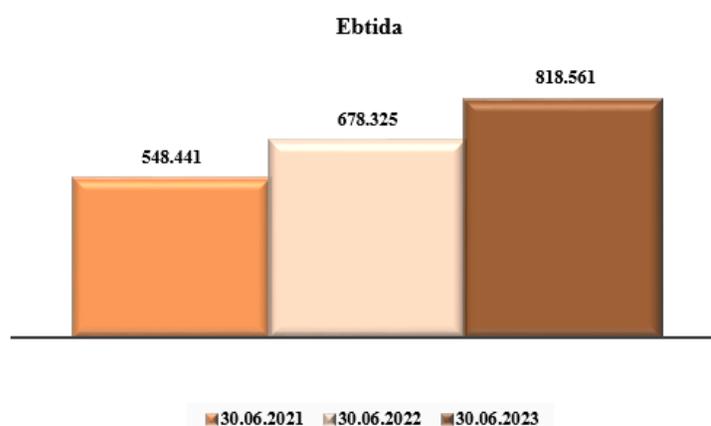
Na Celesc G, os custos e despesas operacionais não apresentaram significativas variações, saltaram de R\$27,5 milhões no primeiro semestre de 2022 para R\$27,6 no mesmo período de 2023.

5.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Lucro Líquido	433.033	361.025
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	159.257	152.757
Resultado Financeiro	73.092	28.768
Depreciação e Amortização	153.179	135.775
EBITDA	818.561	678.325

O EBITDA no primeiro semestre de 2023 atingiu o valor de R\$818,6 milhões, aproximadamente, 20,67% superior ao mesmo período de 2022, que foi de R\$678,3 milhões.

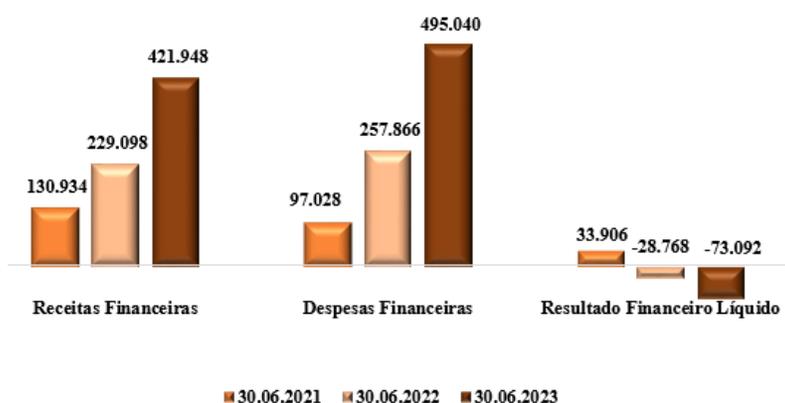


5.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no primeiro semestre de 2023 foi negativo em R\$73,1 milhões. Considerando o resultado negativo de R\$28,8 milhões no mesmo período de 2022, a redução de R\$44,3 milhões nesse grupo foi consequência, principalmente, do significativo aumento nos juros e atualizações monetárias das dívidas das subsidiárias Celesc D e Celesc G, sobretudo as remuneradas pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

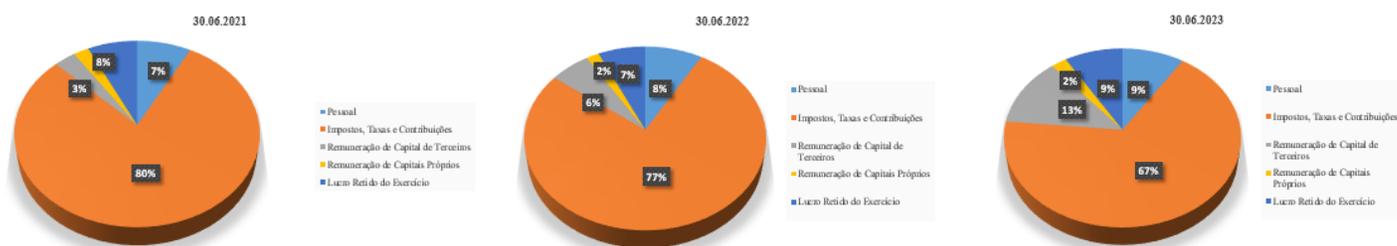
Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido



5.5. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes “Pessoal”, “Impostos, Taxas e Contribuições”, “Remuneração do Capital de Terceiros” e “Remuneração do Capital Próprio”, permanecendo uma parte como “Lucro Retido do Exercício”, nas seguintes proporções:



5.6. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

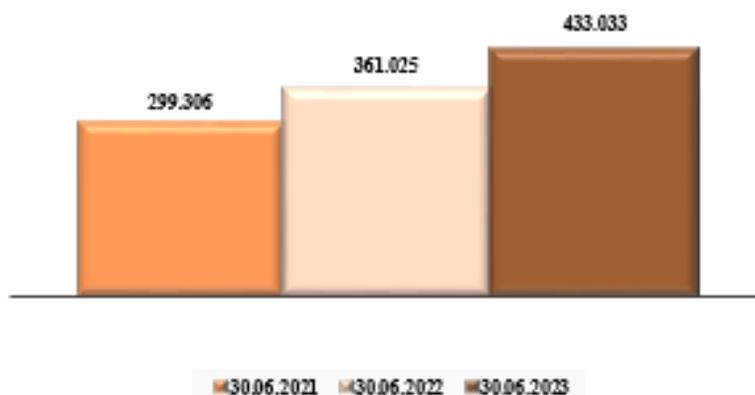
Índices	Consolidado		
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2021
Liquidez Geral	0,79	0,82	0,80
Liquidez Corrente	0,95	1,19	1,57
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	14,23%	13,08%	14,02%
Endividamento Geral	72,86%	75,23%	80,78%

5.7. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no primeiro semestre de 2023, um Lucro Líquido de R\$433,0 milhões, representando um aumento de 19,95% se comparado ao mesmo período de 2022, cujo valor foi de R\$361,0 milhões. O aumento é justificado, principalmente, pela Receita Operacional Líquida – ROL, que aumentou 3,25%, apesar da redução da Receita Operacional Bruta – ROB.

Comentário do Desempenho

Lucro Líquido



6. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. A ANEEL, por meio do submódulo 2.2 do PRORET – Custos Operacionais e Inadimplência Regulatória, estabelece os conceitos relacionados à Inadimplência Regulatória, valor com cobertura tarifária, que considera a soma dos faturamentos não recebidos entre 49 e 60 meses.

Para o cálculo de Inadimplência é necessário dividi-la pela Receita Operacional Bruta do Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Disponibilização de Rede Elétrica e Serviço Taxado e verificar as alterações percentuais.

No segundo trimestre de 2023, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentram a maior parte das ações de cobrança), teve uma redução de 0,24 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e a inadimplência acima de 90 dias apresentou um aumento de 0,14 pontos percentuais, passando de 3,59% para 3,73%. A inadimplência total, comparada ao trimestre anterior, mostra uma redução de 0,10 pontos percentuais, aproximadamente 6,07% da Receita Operacional Bruta.

A tabela a seguir demonstra a evolução da inadimplência da Celesc D:

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 2T23
	2T22		3T22		4T22		1T23		2T23		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Residencial	160.810	1,13%	139.713	1,02%	149.515	1,14%	200.119	1,61%	176.968	1,42%	-0,19 p.p
Industrial	31.124	0,22%	24.935	0,18%	29.481	0,22%	30.672	0,25%	29.643	0,24%	-0,01 p.p
Comercial	49.325	0,35%	52.387	0,38%	45.524	0,35%	57.102	0,46%	49.934	0,40%	-0,06 p.p
Rural	12.626	0,09%	10.514	0,08%	13.232	0,10%	16.567	0,13%	13.338	0,11%	-0,02 p.p
Poder Público	690	0,00%	308	0,00%	3.716	0,03%	370	0,00%	422	0,00%	0,00 p.p
Iluminação Pública	8	0,00%	69	0,00%	7	0,00%	45	0,00%	2	0,00%	0,00 p.p
Serviço Público	52	0,00%	43	0,00%	37	0,00%	117	0,00%	87	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	1.213	0,01%	929	0,01%	1.355	0,01%	1.509	0,01%	1.077	0,01%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	1.548	0,01%	1.018	0,01%	2.245	0,02%	2.900	0,02%	2.653	0,02%	0,00 p.p
Diversos Créditos	16.162	0,11%	1.333	0,01%	8.069	0,06%	10.416	0,08%	13.529	0,11%	+0,03 p.p
Serviço Taxado	988	0,01%	10.927	0,08%	1.029	0,01%	1.006	0,01%	1.207	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	921	0,01%	1.194	0,01%	1.140	0,01%	747	0,01%	2.242	0,02%	+0,01 p.p
Total	275.467	1,94%	243.370	1,78%	255.349	1,94%	321.570	2,58%	291.101	2,34%	-0,24 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	14.187.254		13.660.528		13.141.773		12.452.993		12.459.105		

Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência acima de 90 dias										Variação 2T23
	2T22		3T22		4T22		1T23		2T23		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Residencial	198.853	1,40%	207.423	1,52%	211.208	1,61%	216.812	1,74%	227.208	1,82%	+0,08 p.p
Industrial	75.564	0,53%	74.803	0,55%	72.113	0,55%	73.654	0,59%	76.056	0,61%	+0,02 p.p
Comercial	107.012	0,75%	103.605	0,76%	106.683	0,81%	110.874	0,89%	116.326	0,93%	+0,04 p.p
Rural	9.917	0,07%	10.331	0,08%	10.722	0,08%	10.959	0,09%	11.370	0,09%	0,00 p.p
Poder Público	309	0,00%	301	0,00%	302	0,00%	284	0,00%	259	0,00%	0,00 p.p
Iluminação Pública	3.144	0,02%	1.717	0,01%	1.418	0,01%	1.148	0,01%	896	0,01%	0,00 p.p
Serviço Público	15	0,00%	13	0,00%	24	0,00%	21	0,00%	22	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	35	0,00%	1.248	0,01%	1.248	0,01%	1.248	0,01%	35	0,00%	-0,01 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	2.233	0,02%	3.848	0,03%	1.445	0,01%	1.488	0,01%	1.481	0,01%	0,00 p.p
Diversos Créditos	24.699	0,17%	933	0,01%	25.430	0,19%	25.639	0,21%	26.072	0,21%	0,00 p.p
Serviço Taxado	3.799	0,03%	26.207	0,19%	3.899	0,03%	4.000	0,03%	4.105	0,03%	0,00 p.p
Participação Financeira	829	0,01%	2.100	0,02%	902	0,01%	1.010	0,01%	1.041	0,01%	0,00 p.p
Total	426.409	3,00%	432.529	3,17%	435.394	3,31%	447.138	3,59%	464.871	3,73%	+0,14 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em											
R\$ Mil	14.187.254		13.660.528		13.141.773		12.452.993		12.459.105		

Classes	Inadimplência Total										Variação 2T23
	2T22		3T22		4T22		1T23		2T23		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Residencial	359.663	2,54%	347.136	2,54%	360.723	2,74%	416.931	3,35%	404.176	3,24%	-0,11 p.p
Industrial	106.689	0,75%	99.738	0,73%	101.594	0,77%	104.326	0,84%	105.698	0,85%	+0,01 p.p
Comercial	156.337	1,10%	155.992	1,14%	152.208	1,16%	167.976	1,35%	166.259	1,33%	-0,02 p.p
Rural	22.542	0,16%	20.845	0,15%	23.954	0,18%	27.526	0,22%	24.708	0,20%	-0,02 p.p
Poder Público	999	0,01%	609	0,00%	4.018	0,03%	654	0,01%	681	0,01%	0,00 p.p
Iluminação Pública	3.152	0,02%	1.786	0,01%	1.424	0,01%	1.193	0,01%	898	0,01%	0,00 p.p
Serviço Público	67	0,00%	56	0,00%	60	0,00%	138	0,00%	110	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	1.248	0,01%	2.177	0,02%	2.603	0,02%	2.757	0,02%	1.113	0,01%	-0,01 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	3.781	0,03%	4.866	0,04%	3.689	0,03%	4.388	0,04%	4.133	0,03%	-0,01 p.p
Diversos Créditos	40.863	0,29%	2.266	0,02%	33.500	0,25%	36.055	0,29%	39.601	0,32%	+0,03 p.p
Serviço Taxado	4.786	0,03%	37.134	0,27%	4.928	0,04%	5.006	0,04%	5.312	0,04%	0,00 p.p
Participação Financeira	1.750	0,01%	3.294	0,02%	2.042	0,02%	1.757	0,01%	3.283	0,03%	+0,02 p.p
Total	701.877	4,95%	675.899	4,95%	690.742	5,26%	768.708	6,17%	755.972	6,07%	-0,10 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em											
R\$ Mil	14.187.254		13.660.528		13.141.773		12.452.993		12.459.105		

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.06.2023					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.600	2,96	3.054.400	13,25	3.515.000	9,11
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	789.952	5,09	5.690.769	24,69	6.480.721	16,80
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Comentário do Desempenho

8. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro semestre de 2023 representando 0,60% do capital social total da Companhia, detendo o total de 232.110 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	232.110	0,60%
Investidores Nacionais	38.339.481	99,40%
Total	38.571.591	100,00

9. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%

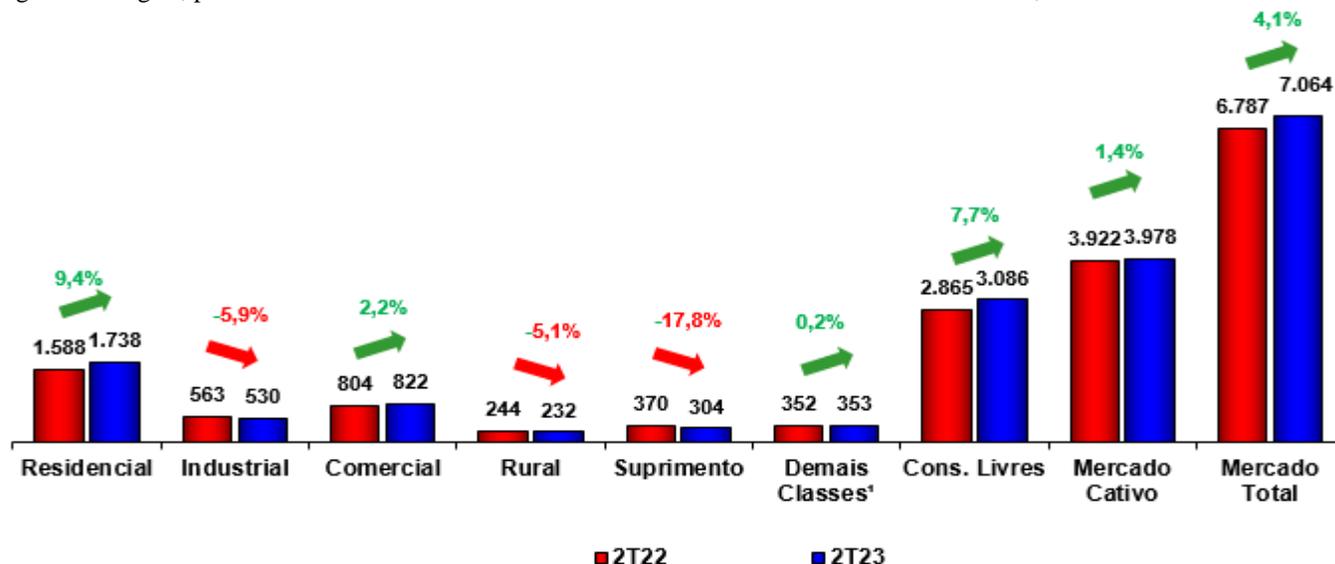
10. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.127	98,98	29.107.604	75,46

11. BALANÇO ENERGÉTICO

O mercado cativo da Celesc D apresentou aumento de 1,4% no primeiro semestre de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.978 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 4,1%, atingindo 7.064 GWh.

No gráfico a seguir, podem ser observados os valores de consumo de cada classe no mercado cativo, como também o do mercado total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho

12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2023		2022		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
					2023	2023	2022	2022	23-22	23-22
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	1.174.660	2.626.134	1.125.469	2.869.336	45,6%	47,0%	41,8%	44,1%	4,4%	-8,5%
Industrial	376.683	744.561	434.078	939.051	14,6%	13,3%	16,1%	14,4%	-13,2%	-20,7%
Comercial	593.435	1.297.884	640.455	1.551.633	23,1%	23,2%	23,8%	23,9%	-7,3%	-16,4%
Rural	153.961	349.834	160.715	416.158	6,0%	6,3%	6,0%	6,4%	-4,2%	-15,9%
Poder Público	85.424	172.609	83.280	188.775	3,3%	3,1%	3,1%	2,9%	2,6%	-8,6%
Iluminação Pública	58.454	116.158	74.071	164.172	2,3%	2,1%	2,8%	2,5%	-21,1%	-29,2%
Serviço Público	49.698	101.956	63.884	143.111	1,9%	1,8%	2,4%	2,2%	-22,2%	-28,8%
Subtotal	2.492.315	5.409.136	2.581.952	6.272.236	96,8%	96,8%	95,9%	96,5%	-3,5%	-13,8%
Suprimento	81.743	176.335	111.316	228.196	3,2%	3,2%	4,1%	3,5%	-26,6%	-22,7%
TOTAL	2.574.058	5.585.471	2.693.268	6.500.432	100%	100%	100%	100%	-4,4%	-14,1%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.738.041	3.817.360	1.588.315	3.563.920	43,7%	44,9%	40,5%	42,5%	9,4%	7,1%
Industrial	530.055	1.047.150	563.270	1.057.800	13,3%	12,3%	14,4%	12,6%	-5,9%	-1,0%
Comercial	821.608	1.792.089	804.286	1.712.907	20,7%	21,1%	20,5%	20,4%	2,2%	4,6%
Rural	231.710	521.224	244.209	530.740	5,8%	6,1%	6,2%	6,3%	-5,1%	-1,8%
Poder Público	124.273	251.421	110.911	232.227	3,1%	3,0%	2,8%	2,8%	12,0%	8,3%
Iluminação Pública	148.706	293.886	150.278	317.994	3,7%	3,5%	3,8%	3,8%	-1,0%	-7,6%
Serviço Público	79.825	163.466	90.907	174.226	2,0%	1,9%	2,3%	2,1%	-12,2%	-6,2%
Subtotal	3.674.218	7.886.596	3.552.176	7.589.814	92,4%	92,8%	90,6%	90,5%	3,4%	3,9%
Suprimento	303.960	616.190	369.842	795.777	7,6%	7,2%	9,4%	9,5%	-17,8%	-22,6%
TOTAL	3.978.178	8.502.786	3.922.018	8.385.591	100%	100%	100%	100%	1,4%	1,4%

13. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 73: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

14. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 10 de agosto de 2023.

A Administração

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, têm como atividades preponderantes a distribuição, a geração e a transmissão de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto, Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

No Balanço Patrimonial consolidado de 30 de junho de 2023, a Companhia apresentou um resultado do cálculo de capital circulante líquido no valor de 0,95. Tal índice ficou abaixo de 1,00, sobretudo, por uma parte significativa da dívida ter alcançado o *status* de curto prazo. Além disso, passou a integrar o passivo de curto prazo a parcela do valor a devolver aos consumidores referente ao crédito da retirada do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, sendo que uma parcela significativa deste valor será devolvida aos consumidores no Reajuste Tarifário Anual de agosto de 2023. Outro fator de incremento das obrigações dentro dos próximos doze meses é o aumento do *payout* de distribuição de dividendos em 2022, que passou dos 25% praticados no exercício anterior para 35%, além dos juros sobre capital próprio destinados no primeiro e no segundo trimestres de 2023.

Como redução do ativo circulante, que também contribui para o resultado abaixo do limite considerado satisfatório para esse índice, destaca-se o importante volume de investimentos realizados pela Companhia nos últimos meses.

A administração não observa risco relacionado a descontinuidade das atividades e prevê para o próximo semestre a captação de novos recursos.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc assinou, em 22 de julho de 1999, o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização, em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos, até 2045. O Contrato de Concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A Celesc D é subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.362.010 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Notas Explicativas

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que, nos primeiros 5 (cinco) anos, haveria metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão. Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão. Em dezembro de 2022, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.478/2022, reconhecendo o cumprimento dos indicadores técnicos de continuidade e a eficiência em relação à gestão econômico-financeira da Empresa no ano de 2021.

A Empresa tem apurado seus indicadores dentro dos limites regulatórios e vem apresentando uma trajetória positiva ao longo do período.

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.094 e Nota Técnica nº 161, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela Celesc D a partir de 22 de agosto de 2022.

No reajuste tarifário de 2022, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 11,32%, tem a participação de 8,23% de encargos setoriais, 3,09% de custos com transmissão, 4,13% com despesas de energia, 1,92% com os custos da distribuidora, -5,62% relativo aos componentes financeiros do processo atual e -0,63% relativo à retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior. Já a Parcela B (Custos Gerenciáveis) correspondeu a 1,92%, do reajuste tarifário. Devido a itens financeiros que contribuíram para a redução tarifária, o efeito para o consumidor acabou sendo minimizado.

c) Bandeiras Tarifárias

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no primeiro semestre de 2023, foram:

Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R\$/mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R\$/mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Verde	3.899	-	251/2023
Fevereiro	Verde	3.819	-	579/2023
Março	Verde	4.175	-	866/2023
Abril	Verde	3.936	-	1.230/2023
Maiο	Verde	3.713	-	1.551/2023
Junho	Verde	3.972	-	2.160/2023

d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016 e assim obter o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreu em 22 de agosto de 2016.

Em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2019, foi proferida sentença de mérito contrária ao pleito da Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, sendo que ainda se aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Junto à ANEEL, a Celesc D solicitou diferimento do valor (que seria deduzido de sua cobertura tarifária) em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65,8 milhões, deixando para discussão do saldo remanescente no processo tarifário subsequente.

No RTA de 2020, o mesmo método foi adotado considerando o pedido realizado formalmente à Agência Reguladora de diferimento em 5 processos e desta vez com o tratamento do montante de R\$68,5 milhões como um redutor, correspondendo a segunda parcela.

Notas Explicativas

Na RTP de 2021, o montante redutor foi de R\$70,2 milhões, correspondendo a terceira parcela (3/5). A Agência ficou de avaliar a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor remanescente, sendo acatada a alternativa do diferimento.

No processo de Reajuste Tarifário Anual de 2022, o valor foi novamente diferido, sendo então considerada a quarta parcela de um total de cinco como um componente redutor. O valor foi considerado como um componente financeiro de R\$76,8 milhões, trazendo um efeito redutor de -0,79% aos consumidores.

O saldo remanescente em 30 de junho de 2023 é de R\$ 86,4 milhões, sendo atualizado mensalmente pela Selic e registrado como contingência regulatória.

e) Bônus de Itaipu

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 3.093, de 16 de agosto de 2022, aprovou o diferimento dos pagamentos das distribuidoras à ENBpar referente ao repasse da potência contratada de Itaipu, para fins de modicidade tarifária, nos termos do Decreto nº 11.027/2022. Os valores foram transferidos da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu para as concessionárias para complementar os pagamentos da despesa com o repasse da potência contratada de Itaipu. A concessão da Celesc D recebeu o valor de R\$ 239,5 milhões. Este valor foi incluído no RTA de 2022, como passivo financeiro de CVA e vem sendo amortizado por 12 meses (Nota 13.1).

Os valores repassados serão recompostos à Conta de Comercialização de Energia de Itaipu a partir dos respectivos processos tarifários de 2024 das concessionárias que receberam o recurso. As quotas mensais serão definidas para os doze meses subsequentes ao respectivo processo tarifário de 2024, devendo ser recolhidas diretamente à ENBpar até o dia 10 do mês seguinte ao da competência. Os valores a serem recompostos observarão a remuneração pela taxa Selic do período.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005, decorrente do processo de desverticalização do setor elétrico.

A Celesc G é subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Parque Gerador

Em 30 de junho de 2023, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em processo de reativação. Também possui uma usina solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial é de 127,51 MW médios, sendo 116,27 MW médios referentes ao parque próprio e 11,24 MW médios referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos. A central geradora hidrelétrica em processo de reativação agregará 1MW de potência instalada ao parque gerador próprio da Celesc G.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

Notas Explicativas

2.1.2.1.1. Parque Gerador de Fonte Hídrica – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
Total			115,27	70,16	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

2.1.2.1.2. Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)
V Lages I	Lages/SC	N/A	1,00
Total			1,00

2.1.2.1.3. Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06//2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)*	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(*) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(**) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

2.1.2.1.4. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

O Plano de Negócio em Geração Distribuída, prevê a implantação de até 14,6 MW médios em projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Os projetos que se encontram em implantação são listados abaixo:

UFV GD Remota	Localização	Potência Inst. (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	1,00	Jul/2023	Em construção
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	2,50	Set/2023	Em construção
UFV Modelo	Modelo/SC	2,50	Set/2023	Em construção
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Mar/2024	Em contratação
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Mar/2024	Em contratação
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	Mar/2024	Em contratação
Total		11,00		

Todos os projetos estão contemplados dentro da janela regulatória prevista na Lei, a qual traz a manutenção das regras atuais do sistema de compensação de energia até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

Destaca-se ainda que os 2,6 MW médios adicionais, aprovados na última revisão do Plano de Negócio em GD, serão prospectados no decorrer de 2023. Essa expansão de portfólio também estará atrelada, sobretudo, ao enquadramento dos projetos na janela regulatória da Lei nº 14.300/2022.

Quanto aos empreendimentos hídricos, a tabela a seguir apresenta os projetos de ampliação/reactivação das usinas próprias e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Empresa busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reactivação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Notas Explicativas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	(**)	Análise EPE/ANEEL
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2024	Em construção
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	5,57	9,40	(**)	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW médios estão dispensadas do ato de concessão.

(**) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

2.1.2.2. EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

A EDP Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017.

2.1.2.3. Ambiente Regulatório

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2022/2023

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.068, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2022/2023, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$18,6 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil) Ciclo 2022/2023	Receita Mensal (R\$/mil) Ciclo 2022/2023
UHE Pery	26.615	2.218
UHE Garcia	12.417	1.035
UHE Bracinho	15.547	1.296
UHE Cedros	11.386	949
UHE Palmeiras	24.186	2.016
UHE Salto weissbach	8.073	673

2.1.2.3.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

O projeto de ampliação da CGH Caveiras encontra-se em licenciamento ambiental. Sua concepção prevê a construção de nova casa de força e sistema adutor.

Ano	Ato Legal	Ação
2018	Despacho nº 3.005/2018	Conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação
Set/2020	Despacho nº 2.752/2020	Aprovou a revisão dos Estudos de Inventário do rio Caveiras e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento hidrelétrico
Dez/2020	Despacho nº 3.592/2020	Conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH.
Abr/2022	Despacho nº 1.102/2022	A ANEEL decidiu registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH da PCH Caveiras, com 9.400 kW de Potência Instalada.

Com a aprovação do Projeto Básico de Ampliação, se deu início ao licenciamento ambiental junto ao IMA. A Celesc G aguarda o andamento das tratativas junto ao órgão ambiental para que se avance nas etapas de obtenção da outorga junto à ANEEL e aprovação do Plano de Negócio visando o processo licitatório e construção.

Notas Explicativas

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

O projeto de ampliação da UHE Salto Weissbach está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW médios, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW médios.

Em 23 de junho de 2022 foi obtida a Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 3454/2022 pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC e em 12 de maio de 2023 foi emitida a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH por meio da Portaria nº 12 SEMAE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Economia Verde.

A Usina opera no regime de cotas, então a energia decorrente da ampliação será integralmente destinada a esse regime. Com a obtenção das autorizações ambientais, o projeto recebeu o Despacho nº 2.079, de 27 de junho de 2023 da ANEEL, que homologou os parâmetros para cálculo de revisão de garantia física da Usina Salto Weissbach.

O projeto retornou à análise da EPE, que fará a avaliação técnica e econômica do empreendimento, para que na sequência seja calculada pela ANEEL a tarifa de ampliação e emitida a Outorga pelo MME.

c) Reativação da CGH Maruim

A Usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Após as etapas referentes ao licenciamento ambiental e à consolidação de projeto básico realizadas nos últimos anos, no primeiro trimestre de 2023 foram iniciadas as obras de reativação da usina, sendo que essa nova configuração construtiva prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas.

Para a implantação foram realizados quatro processos licitatórios distintos: (i) supervisão e execução de programas ambientais; (ii) fornecimento e instalação das turbinas, geradores e equipamentos associados; (iii) fornecimento e instalação de conduto forçado e hidromecânicos; e (iv) execução de obras civis e projetos executivos de engenharia que, somados, resultam num montante na ordem de R\$8 milhões e serão executados durante o decorrer de 2023 e início de 2024.

A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa, à época, de R\$264,99/MWh.

Notas Explicativas

2.2. Demais Participações

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Sociedade de economia mista, criada em 25 de fevereiro de 1994, possui a concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural em 100% do território catarinense e seu contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, tem vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Constituída em agosto de 2000, com o propósito específico de integrar o sistema de transmissão de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, com a exploração das linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões leste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC C2, com 252,5 km de extensão. É o segundo empreendimento colocado em operação na nova modalidade idealizada para o novo modelo do setor elétrico. A ECTE, após sagrar-se vencedora do lote D, do Leilão nº 006/2011, constituiu, em dezembro/2011, sua subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, que contempla a concessão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV), ambas no Estado de Santa Catarina, e visam integrar as Usinas de Geração de energia elétrica ao SIN, bem como viabilizar o acesso ao sistema de distribuição da Celesc, além de atender à expansão do suprimento de energia elétrica à região do Vale do Itajaí. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 006/2012, de 10 de maio de 2012, tem prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA detém 85% de participação na Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul. A usina possui capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A DFESA detém o Contrato de Concessão nº 188/98 datado de 28 de agosto de 1998. Em 2021, o prazo de vigência da concessão passou de 35 para 39 anos da data da assinatura do contrato. A extensão foi concedida após a realizar a adesão à Lei nº 14.052/2020. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa.	Equivalência Patrimonial
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 11,95% do Capital Social total da empresa.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em IFRS, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente informação Contábil Intermediária foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de agosto de 2023, conforme estabelece o artigo 17 da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

Notas Explicativas

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis são reavaliadas em cada fechamento contábil e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros (Nota 5.4);
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9.2);
- c) Ativo/Passivo Financeiro Parcela A – CVA (Nota 13.1);
- d) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 13.2);
- e) Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery (Nota 14.3);
- f) Ativo de Contrato (Nota 15);
- g) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos (Nota 18.2);
- h) *Impairment* de Ativos Não Financeiros (Notas 19, 20 e 21);
- i) Depreciação (Nota 20.2);
- j) Ativo Intangível Indenizável – Celesc D (Nota 21);
- k) Ativo Intangível Repactuação do Risco Hidrológico – Celesc G (Nota 21);
- l) Contingências (Nota 28);
- m) Passivo Atuarial – CPC 33/IAS 19 (Nota 29);
- n) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 e 33.1).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023.

4.1. Base de Mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; e imobilizado da Celesc G, que foi avaliado a valor justo (custo atribuído), na adoção inicial do CPC 27.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas do Balanço Patrimonial

Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração do Balanço Patrimonial, com base no pronunciamento técnico CPC 26 (R1)/IAS 1, observaram-se classificações inadequadas entre os subgrupos do ativo não circulante. Embora tais inadequações não causem alterações e prejuízos às demonstrações da situação patrimonial, entendeu-se prudente promover as correções nesta divulgação e, para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes ao exercício de 2022.

Os efeitos dessas reclassificações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Ativo	Nota	2022	Reclassificação	Consolidado
				2022 (Reclassificado)
Circulante		3.678.616	-	3.678.616
Caixa e Equivalentes de Caixa		940.684	-	940.684
Contas a Receber de Clientes		1.758.933	-	1.758.933
Estoques		20.019	-	20.019
Tributos a Recuperar		699.238	-	699.238
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP		20.422	-	20.422
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery		57.555	-	57.555
Subsídio Decreto nº 7891/2013		47.086	-	47.086
Bônus Escassez Hídrica		1.138	-	1.138
Outros		133.541	-	133.541
Não Circulante		7.949.451	-	7.949.451
Realizável a Longo Prazo		3.143.744	-	3.143.744
Títulos Valores Mobiliários		217	-	217
Contas a Receber de Clientes		16.775	-	16.775
Tributos Diferidos		709.023	-	709.023
Tributos a Recuperar		524.780	-	524.780
Depósitos Judiciais		359.870	-	359.870
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14.1	1.008.038	(408.969)	599.069
Ativo de Contrato	15	-	408.969	408.969
Ativo Financeiro – Parcela A		76.448	-	76.448
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery		446.095	-	446.095
Outros		2.498	-	2.498
Investimentos		363.279	-	363.279
Imobilizado		133.865	-	133.865
Intangível		4.308.563	-	4.308.563
Total do Ativo		11.628.067		11.628.067

Referem-se aos valores de ativos em curso relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia, de acordo com o CPC 47/IFRS 15. Somente quando transferidos para ativos em serviço é que serão bifurcados entre intangível e ativo financeiro, no escopo do ICPC 01/IFRS 12.

Notas Explicativas

4.2.2. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

	30.06.2022	Reclassificação	Consolidado 30.06.2022 (Reclassificação)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	513.782		513.782
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais	452.092		441.468
Depreciação e Amortização	135.775		135.775
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	33.534		33.534
Resultado da Equivalência Patrimonial	(33.269)		(33.269)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(14.296)		(14.296)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	1.464		1.464
Juros e Variações Monetárias	256.929	(10.624)	246.305
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	22.420		22.420
Despesas Atuariais	55.731		55.731
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	333		333
Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos	(5)		(5)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	47.405		47.405
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga	(53.929)		(53.929)
Aumento (Redução) nos Ativos	825.526		836.150
Contas a Receber	111.163		111.163
Tributos a Recuperar	324.291		324.291
Depósitos Judiciais	(15.512)	10.624	(4.888)
Estoques	(6.045)		(6.045)
Ativos Financeiros (CVA, Bonificação de Outorga)	316.085		316.085
Ativo Bônus Escassez Hídrica	101.723		101.723
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	(2.600)		(2.600)
Outras Variações nos Ativos	(3.579)		(3.579)
Aumento (Redução) nos Passivos	(1.216.609)		(1.216.609)
Fornecedores	(207.286)		(207.286)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(30.263)		(30.263)
Tributos a Recolher	(740.103)		(740.103)
Passivos Financeiros	153.624		153.624
Taxas Regulamentares	(205.996)		(205.996)
Passivo Actuarial	(118.777)		(118.777)
Passivo Bônus Escassez Hídrica	(101.493)		(101.493)
Outras Variações no Passivo	33.685		33.685
Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações	574.791		574.791
Juros Pagos	(113.781)		(113.781)
IR e CSLL Pagos	(5.542)		(5.542)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	455.468		455.468
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Adições Ativo Financeiro/Imobilizado/Intangível	(470.657)		(470.657)
Integralização/Redução de Capital	(499)		(499)
Dividendos e JCP Recebidos	22.225		22.225
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	(448.931)		(448.931)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(63.779)		(63.779)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	610.000		610.000
Pagamento de Debêntures	(50.981)		(50.981)
Pagamento de JCP e Dividendos	(69.622)		(69.622)
Pagamento Passivo de Arrendamento	(3.989)		(3.989)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	421.629		421.629
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa	428.166		428.166
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	844.088		844.088
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.272.254		1.272.254
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	428.166		428.166

Com base no pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7, a fim de melhor apresentar as atualizações financeiras dos depósitos judiciais nos fluxos de caixa das atividades operacionais, a Companhia segregou os juros e variações monetárias das movimentações dos depósitos judiciais no ativo. Foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes ao 2º trimestre de 2022, para fins de comparabilidade.

4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor no exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Notas Explicativas

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 17	CPC 50	Contratos de seguro.	01/01/2023
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB
IAS 1	CPC 26	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
IAS 1	CPC 26	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8	CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12	CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação	01/01/2023

O Grupo realizou uma análise pertinente ao assunto e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras Intermediárias em decorrência da aplicação das alterações às normas.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC*, que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras Intermediária da Companhia.

5. GESTÃO DE RISCO

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha conforme o modelo das Três Linhas do Global Institute of Internal Auditors (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a Administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

- O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais).
- Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a empresa possui desde 2018, também em atendimento a Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, constando entre suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos da Celesc e suas subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.
- Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando esses riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

As classes de Riscos Financeiros, Operacionais, Conformidade e Estratégico do Grupo, e suas categorias, não foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Liquidez

a) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 30 de junho de 2023.

Notas Explicativas

Descrição	Taxas %	Consolidado					Total
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	
Contas a Receber (líquido de PECLD)		1.628.515	65.788	48.209	12.708	704	1.755.924
Caixa e Equivalente de Caixa		1.033.761	-	-	-	-	1.033.761
Depósitos Judiciais		-	-	-	390.528	-	390.528
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		47.086	-	-	-	-	47.086
Ativo Financeiro – Bonificação Outorga	IPCA	3.624	7.154	30.832	134.995	221.050	397.655
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	IPCA	1.585	3.130	13.517	59.735	102.096	180.063
Total Ativo		2.714.571	76.072	92.558	597.966	323.850	3.805.017
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	28.449	138.308	141.172	438.744	-	746.673
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		19.472	-	-	-	-	19.472
Eletrobras	5% a.a.	75	147	666	903	-	1.791
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	244	357	587	39	-	1.227
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,9% a 2,6% a.a.	29.972	25.587	120.686	337.217	-	513.462
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	-	6.007	25.577	17.497	49.081
Entidade de Previdência Privada		24.972	17.208	77.438	413.000	1.081.937	1.614.555
Fornecedores		658.732	259.886	1.571	-	-	920.189
Passivo Financeiro – CVA	Selic	48.607	97.675	454.356	86.582	-	687.220
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	20.982	20.249	94.798	71.937	-	207.966
BID	CDI + 0,76% a 1,93% a.a.	34.219	-	33.341	353.288	1.905.435	2.326.283
Total Passivo		865.724	559.417	930.622	1.727.287	3.004.869	7.087.919

5.2. Risco de Mercado

5.2.1. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, quatro outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de aumento e redução na variável de risco considerada. Os valores são informados em termos absolutos e não relativamente ao cenário provável apresentado. Os cenários foram definidos com base em premissas macroeconômicas elaboradas por consultorias especializadas.

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2023:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado				
				(Cenário I)	Aumento 25% (Cenário II)	Aumento 50% (Cenário III)	Redução 25% (Cenário IV)	Redução 50% (Cenário V)
CDI				13,03%	16,29%	19,55%	9,77%	6,52%
	Aplicações Financeiras	8	1.006.767	131.182	164.002	196.823	(98.361)	(65.641)
	Empréstimos	23	(1.974.575)	(257.287)	(321.658)	(386.029)	192.916	128.742
	Debêntures	24	(452.405)	(58.948)	(73.697)	(88.445)	44.200	29.497
Selic				12,04%	15,05%	18,06%	9,03%	6,02%
	CVA – Passiva	13.1	(645.686)	(77.741)	(97.176)	(116.611)	58.305	38.870
IPCA				3,16%	3,95%	4,74%	2,37%	1,58%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	671.364	21.225	26.519	31.823	(15.911)	(10.608)
	Debêntures	24	(43.925)	(1.389)	(1.735)	(2.082)	1.041	694
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	355.309	11.233	14.035	16.842	(8.421)	(5.614)
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	160.710	5.081	6.348	7.618	(3.809)	(2.539)
	Reserva Matemática a Amortizar	29	(198.844)	(6.286)	(7.854)	(9.425)	4.713	3.142

A Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado às indexações de CDI, IPCA e SELIC, podendo ter oscilações na realização dessas operações.

5.3. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Notas Explicativas

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE nº	Consolidado	
		30.06.2023	31.12.2022
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	674.311	676.836
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	1.303.153	1.166.319
Debêntures	24	496.330	606.113
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(1.033.761)	(940.684)
Dívida Líquida		1.440.033	1.508.584
Total do Patrimônio Líquido		3.201.191	2.883.176
Total do Capital		4.641.224	4.391.760
Índice de Alavancagem Financeira (%)		31,03%	34,35%

5.4. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2023, compreendendo apenas o nível 3 de estimativa:

Descrição – Nível 3	NE	Controladora	
		30.06.2023	31.12.2022
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários - Outros	16	208	217
Total do Ativo		208	217

Descrição – Nível 3	NE	Consolidado	
		30.06.2023	31.12.2022
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários - Outros	16	208	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR			
Ativo Indenizável – Concessão	14	673.785	599.069
Total do Ativo		673.993	599.286
Encargos Setoriais – CDE	27	19.472	19.472
Total do Passivo		19.472	19.472

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas.

Para os ativos contabilizados como Títulos e Valores Mobiliários, avaliados por VJORA, foram utilizadas outras técnicas, como a análise de fluxo de caixa descontado. Para a conta Outros, a técnica aplicada foi a abordagem de custo.

Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado está razoavelmente aproximado do seu valor justo.

Notas Explicativas**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2023:

Controladora				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	48.418	-	208	48.626
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.418	-	-	48.418
Outros	-	-	208	208

Controladora				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Passivo	175.784	-	-	175.784
Fornecedores	560	-	-	560
Dividendos e JSCP	175.224	-	-	175.224

Consolidado				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	3.352.790	673.785	208	4.026.783
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.033.761	-	-	1.033.761
Contas a Receber de Clientes	1.755.924	-	-	1.755.924
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	-	-	47.086
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	673.785	-	673.785
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	355.309	-	-	355.309
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	160.710	-	-	160.710
Outros	-	-	208	208

Consolidado				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Passivo	4.413.737	19.472	-	4.433.209
Fornecedores	920.189	-	-	920.189
Dividendos e JSCP	175.224	-	-	175.224
Empréstimos Moeda Nacional	674.311	-	-	674.311
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.303.153	-	-	1.303.153
Debêntures	496.330	-	-	496.330
Reserva Matemática a Amortizar	198.844	-	-	198.844
Encargos Setoriais – CDE	-	19.472	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	645.686	-	-	645.686

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2022:

Controladora				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	48.205	-	217	48.422
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.205	-	-	48.205
Outros	-	-	217	217

Controladora				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Passivo	158.502	-	-	158.502
Fornecedores	900	-	-	900
Dividendos e JSCP	157.602	-	-	157.602

Notas Explicativas

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado (Reclassificado)
				Total
Ativo	3.343.576	599.069	217	3.942.862
Caixa e Equivalentes de Caixa	940.684	-	-	940.684
Contas a Receber de Clientes	1.775.708	-	-	1.775.708
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	-	-	47.086
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	599.069	-	599.069
Ativo Financeiro – CVA	76.448	-	-	76.448
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	346.810	-	-	346.810
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	156.840	-	-	156.840
Outros	-	-	217	217

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado (Reclassificado)
				Total
Passivo	4.625.925	19.472	-	4.645.397
Fornecedores	1.016.513	-	-	1.016.513
Dividendos e JSCP	157.602	-	-	157.602
Empréstimos Moeda Nacional	676.836	-	-	676.836
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.166.319	-	-	1.166.319
Debêntures	606.113	-	-	606.113
Reserva Matemática a Amortizar	248.978	-	-	248.978
Encargos Setoriais – CDE	-	19.472	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	753.564	-	-	753.564

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	847.200	906.658
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	669.887	631.435
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	587.836	562.195
Total	2.104.923	2.100.288
PECLD com clientes	(348.999)	(324.580)
Total	1.755.924	1.775.708

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Recursos em Banco e em Caixa	12	5	26.994	44.725
Aplicações Financeiras	48.406	48.200	1.006.767	895.959
Total	48.418	48.205	1.033.761	940.684

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado	
				30.06.2023	31.12.2022
Consumidores	1.066.816	270.394	438.522	1.775.732	1.787.728
Residencial	316.597	176.968	227.208	720.773	682.653
Industrial	71.125	29.643	82.441	183.209	182.744
Comércio	133.099	49.934	116.326	299.359	296.732
Rural	39.930	13.338	11.370	64.638	69.928
Poder Público	41.083	422	259	41.764	40.860
Iluminação Pública	16.812	2	896	17.710	17.313
Serviço Público	16.238	87	22	16.347	16.015
Fornecimento não Faturado	431.932	-	-	431.932	481.483
Suprimento a Outras Concessionárias	272.983	20.208	35.901	329.092	312.560
Concessionárias e Permissionárias	257.810	3.764	1.516	263.090	244.268
Transações no Âmbito da CCEE	1.256	-	-	1.256	22.711
Outros Créditos	4.673	16.444	34.385	55.502	35.769
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	9.244	-	-	9.244	9.812
Total	1.339.799	290.602	474.423	2.104.824	2.100.288
PECLD com Clientes	(8.506)	(6.989)	(333.405)	(348.900)	(324.580)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.331.293	283.613	141.018	1.755.924	1.775.708
Circulante				1.742.512	1.758.933
Não Circulante				13.412	16.775

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Na Celesc D as perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A controlada Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, que são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE, e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Residencial	154.095	142.191
Industrial	67.947	65.574
Comércio, Serviços e Outras	90.135	81.957
Rural	5.528	5.144
Poder Público	254	276
Iluminação Pública	900	1.421
Serviço Público	27	23
Concessionárias e Permissionárias	1.686	960
Consumidores Livres	2.241	2.043
Outros	26.087	24.991
Total Circulante	348.900	324.580

Abaixo, segue a demonstração da movimentação ocorrida:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022	324.580
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	47.590
Baixas de Contas a Receber	(23.270)
Saldo em 30.06.2023	348.900

A Celesc D, conforme preceitua o CPC 48/IFRS 9, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2022. As perdas de crédito esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Notas Explicativas

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir, são apresentados os percentuais de perdas esperadas segregadas por classe de consumo, aplicados no reconhecimento dos recebíveis:

Aging Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A Vencer	0,52%	0,67%	0,38%	0,63%	0,18%	0,01%	0,01%	0,02%
0 a 3 meses	2,53%	2,15%	2,90%	3,39%	0,97%	0,19%	1,23%	0,56%
3 a 6 meses	24,84%	19,62%	48,39%	33,08%	7,69%	5,88%	100,00%	50,00%
6 a 12 meses	49,38%	42,28%	71,43%	51,81%	20,59%	16,67%	100,00%	100,00%
12 a 18 meses	61,54%	56,52%	73,17%	66,15%	37,84%	33,33%	100,00%	100,00%
18 a 24 meses	66,67%	66,67%	75,00%	74,14%	51,85%	100,00%	100,00%	100,00%
24 a 36 meses	72,73%	73,24%	76,92%	84,31%	66,67%	100,00%	100,00%	100,00%
36 a 48 meses	80,00%	85,25%	78,95%	95,56%	82,35%	100,00%	100,00%	100,00%
48 a 60 meses	97,56%	98,11%	96,77%	97,73%	93,33%	100,00%	100,00%	100,00%
+ 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Em 27 de setembro de 2021, a Celesc G comunicou à CCEE a retirada da ação judicial existente para as UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos. O valor da PECLD dessas usinas foi revertido em sua totalidade até outubro de 2021. A Celesc G mantém as liminares referentes às CGH's e aguarda desfecho por parte da ANEEL.

Os valores referentes aos ajustes na Celesc G das medidas liminares relacionadas às CGH's, no primeiro semestre de 2023, acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, foram no montante de R\$ 4,2 milhões. Ao longo do exercício, foi revertido R\$2,9 milhões devido ao seu recebimento.

Em 30 de junho de 2023, o saldo da PECLD é de R\$1,49 milhões, referente às CGHs, pelas quais a Celesc G mantém a ação judicial.

A movimentação do exercício está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022	172
Provisão Líquida no Exercício	4.202
Baixa no Contas a Receber	(2.886)
Saldo em 30.06.2023	1.488

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, relacionados à distribuição de energia.

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Almoxarifado Geração	70	73
Almoxarifado Distribuição	30.504	19.946
Total	30.574	20.019

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Controladora			Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Descrição				
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) (11.1)	-	-	859.271	1.100.944
ICMS	-	-	59.916	57.941
PIS/COFINS	-	-	6	6
Outros	-	-	995	992
Total	-	-	920.188	1.159.884
Circulante	-	-	752.689	635.104
Não Circulante	-	-	167.499	524.780

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Notas Explicativas

11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) 2ª ação	-	-	859.271	1.100.944
Total	-	-	859.271	1.100.944
Circulante	-	-	722.587	609.890
Não Circulante	-	-	136.684	491.054

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o Recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida no *leading case* nº 574.706 – Tema 69 – houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, e iniciou em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

A Celesc D vem atualizando e compensando seus tributos com os créditos provenientes desta 2ª ação. Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D reclassificou para o ativo circulante o crédito de PIS e de Cofins com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER E OUTROS ATIVOS

12.1. Dividendos e JCP a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Dividendos Rondinha	-	-	100	-
Dividendos Celesc G	7.659	-	-	-
Dividendos SCGÁS	-	4.374	-	4.374
Dividendos ECTE	-	8.256	-	8.256
Dividendos Casan	2.611	-	2.611	-
Dividendos DFESA	-	909	-	909
Dividendos EDP Transmissão Aliança	-	-	5.326	1.078
JCP Celesc G	19.362	38.724	-	-
JCP Celesc D	164.454	154.806	-	-
JCP SCGÁS	1.275	2.227	1.275	2.227
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	2.524	3.578
Total Circulante	195.361	209.296	11.836	20.422

12.2. Outros Ativos – Circulantes e não Circulantes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	47.086	47.086
ICMS ST (i)	-	-	37.958	35.043
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	43.810	44.089
Adiantamento Proinfra (iii)	-	-	24.578	24.578
Diferença Reembolso CDE (iv)	-	-	733	3.424
Programa Baixa Renda	-	-	5.778	5.621
Despesas Pagas Antecipadamente (v)	120	487	2.328	2.128
Conta Bandeiras	-	-	3.972	3.453
Destinado a Alienação	-	-	2.809	2.457
Pessoal a Disposição	-	-	847	794
Adiantamentos Diversos (vi)	64	177	17.171	9.443
Outros Créditos (vii)	7	-	3.330	5.009
Total	191	664	190.400	183.125
Circulante	174	623	187.574	180.627
Não Circulante	17	41	2.826	2.498

(i) ICMS Substituição Tributária (ST)

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011.

Notas Explicativas

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Diferença Reembolso CDE

Corresponde à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da CEEE para compensar os referidos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis a geradores e consumidores de fonte incentivada, a serviço de irrigação e aquicultura em horário especial, a serviço público de água, esgoto e saneamento, a distribuidoras com mercado próprio, à classe rural, à subclasse cooperativa de eletrificação rural e a serviço público de irrigação.

(v) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem aos prêmios de seguros no valor de R\$2,3 milhões.

(vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$8,9 milhões), férias (R\$1,5 milhões) e vale-alimentação (R\$6,1 milhões).

(vii) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Descrição	31.12.2022	Adição	Amortização	Remuneração	30.06.2023	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	898.170	(88.548)	(416.935)	44.935	437.622	111.618	326.004 (iii)	390.532	47.090
Energia	137.397	(45.787)	(64.001)	4.117	31.726	17.445	14.281	29.663	2.063
Proinfa	59.745	-	(49.531)	3.177	13.391	13.391	-	13.391	-
Transporte Rede Básica	134.783	40.781	(32.461)	9.314	152.417	8.776	143.641	131.669	20.748
Transporte de Energia	23.707	4.774	(10.194)	1.525	19.812	2.756	17.056	17.349	2.463
ESS	70.811	16.453	(54.498)	9.069	41.835	13.474	28.361	37.738	4.097
CDE	277.536	(30.716)	(205.444)	14.167	55.543	55.543	-	55.543	-
Neutralidade Parcela A	45.881	(46.241)	-	360	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	119.373	(27.812)	-	3.206	94.767	-	94.767	81.078	13.689
Outros	28.937	-	(806)	-	28.131	233	27.898	24.101	4.030
CVA Passiva	(1.575.286)	(469.203)	1.002.523	(41.342)	(1.083.308)	(289.619)	(793.689)	(971.056)	(112.252)
Aquisição de Energia	-	(2.712)	-	2.712	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	(74.702)	(149.245)	7.590	(7.783)	(224.140)	(2.193)	(221.947)	(192.081)	(32.059)
Proinfa	(3.800)	(24.075)	-	(1.366)	(29.241)	-	(29.241)	(25.017)	(4.224)
CDE	-	(7.327)	-	(2)	(7.329)	-	(7.329)	(6.270)	(1.059)
Sobrecontratação Energia	(52.302)	-	40.579	-	(11.723)	(11.723)	-	(11.723)	-
Neutralidade Parcela A	(14.851)	(60.226)	11.522	(2.634)	(66.189)	(3.329)	(62.860)	(57.109)	(9.080)
Devoluções Tarifárias (i)	(586.535)	(23.093)	426.457	(1.431)	(184.602)	(123.199)	(61.403)	(178.076)	(6.526)
Bandeiras Tarifárias	(216)	(123)	-	-	(339)	-	(339)	(339)	-
Outros (ii)	(842.880)	(202.402)	516.375	(30.838)	(559.745)	(149.175)	(410.570)	(500.441)	(59.304)
Saldo Ativos/(Passivos)	(677.116)	(557.751)	585.588	3.593	(645.686)	(178.001)	(467.685)	(580.524)	(65.162)

Notas Explicativas

- (i) Devoluções Tarifárias correspondem entre outros itens ao PIS/Cofins sobre base de cálculo do ICMS que vem sendo devolvido ao consumidor.
- (ii) Outros – Correspondem a outros itens financeiros, risco hidrológico, CDE – Modicidade Eletrobras e Bônus Itaipu.
- (iii) Os ativos de parcela A – CVA reduziram em função de a cobertura tarifária estar mais aderentes em relação aos custos incorridos de forma efetiva não havendo um descasamento de constituição de ativos para o reequilíbrio econômico. Os ativos e passivos de CVA constituídos tem impacto nulo no resultado. Financeiramente a expectativa é positiva, considerando que quando não há mais ativos para receber do que passivos a devolver, significa que não houve um descasamento de caixa desde o último reajuste tarifário anual para esses itens na perspectiva tarifária.

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
CVA 2021 – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	109.192	487.164
CVA 2022 – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(55.178)	138.313
Total – CVA	54.014	625.477
Outros Itens – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	(287.193)	(1.281.318)
Outros Itens – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(412.507)	(21.275)
Total – Outros Itens – CVA	(699.700)	(1.302.593)
Total	(645.686)	(677.116)

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto.

O valor foi reconhecido como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Celesc G de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR, durante o período de vigência da concessão.

Descrição	Usina					Total
	Garcia	Bracinho	Cedros	Salto	Palmeiras	
Saldo em 31.12.2022	50.530	72.634	55.400	33.571	134.675	346.810
Atualização Monetária	1.398	2.009	1.534	926	3.737	9.604
Juros	3.036	4.424	3.263	2.293	7.129	20.145
Amortização/Baixa	(3.198)	(4.618)	(3.427)	(2.351)	(7.656)	(21.250)
Saldo em 30.06.2023	51.766	74.449	56.770	34.439	137.885	355.309
Circulante						41.228
Não Circulante						314.081

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia	671.364	596.648
Em Serviço	671.364	596.648
Ativo de Concessão – Geração de Energia	163.131	159.261
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	160.710	156.840
Total	834.495	755.909
Circulante	18.065	17.536
Não Circulante	816.430	738.373

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

Em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Trata-se do valor justo dos ativos financeiros vinculados à concessão registrados na Contabilidade Societária. O efeito é decorrente do registro do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido, no contrato de concessão, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado
	Total (Reclassificado)
Saldo em 31.12.2022	596.648
(+) Novas Aplicações (i)	62.870
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	-
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	12.868
(-) Resgate	(1.022)
Saldo em 30.06.2023	671.364
(i) IPCA	
(i) Referem-se aos investimentos realizados pela Celesc D, no segundo trimestre de 2023, bifurcados entre intangível e ativo financeiro.	

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

O processo de indenização das concessões tem início em 2013, quando o Poder Concedente, por meio dos Decretos nº 7.805 e 7.850 estabeleceu, dentre outros, as normas para indenização do valor residual dos ativos vinculados. Posteriormente, a ANEEL, por meio da REN nº 596/13 definiu os detalhes das regras de indenização.

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa – REN nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Em 2018, na busca de definir os valores a serem repassados às concessionárias a título de indenização, Poder Concedente e a Agência Reguladora constataram a inaplicabilidade da regra. Assim, no ano de 2019 a ANEEL instaurou Audiência Pública para debater com os agentes as particularidades associadas à indenização das melhorias. Este processo restou materializado na REN nº 942/2021. Cabe destacar dois aspectos importantes quanto a esta norma: a) os agentes que ainda não tinham solicitado a indenização poderiam fazê-lo no prazo de 30 dias após a entrada em vigor da norma (a Celesc G, que já tinha solicitado a indenização, reforçou o pleito); e b) a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado conforme a REN nº 942/21.

Embora com longa discussão, o processo de indenização está em tramitação na Agência Reguladora. E que os aspectos infra legais não discutem o direito definido no Decreto nº 7.850. Ademais, importante destacar que em 19 de janeiro de 2023, a ANEEL solicitou envio de dados complementares, com vistas à validação do laudo enviado, e definição do valor de indenização, por meio da SDI nº 1/2023.

Os saldos dos imobilizados requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

A partir de 1º julho de 2021, a Celesc G passou a receber a indenização retroativa a 1º de julho de 2018, através da RAG.

O saldo de R\$160,7 milhões existente em 30 de junho de 2023, refere-se ao valor reconhecido a título de indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões, aprovado pelo Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, emitido pela ANEEL, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2022/2023, R\$18,6 milhões se referem à indenização. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Descrição	Consolidado
	Usina Pery
Saldo em 31.12.2022	156.840
Atualização Monetária	4.349
Juros	8.813
Amortização/Baixa	(9.292)
Saldo em 30.06.2023	160.710

Notas Explicativas

15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia que, de acordo com o CPC 47/IFRS 15, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como Intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	408.969	
(-) Transferências para Ativo Intangível	(365.847)	
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(62.870)	
(+) Ativo Imobilizado em Curso – AIC	624.050	
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(115.579)	
Saldo em 30.06.2023	488.723	

16. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários, que estão classificados no ativo não circulante, são mensurados a valor justo e seus saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Outros Investimentos (i)	208	217	208	217
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	208	217	208	217

(i) Em 16 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou o exercício de direito de retirada da sociedade e venda de ações da CGT Eletrosul e da Eletronorte. O valor registrado contabilmente era de R\$9,8 mil e o recebimento foi de R\$117,9 mil, com ganho na alienação de R\$108,1 mil.

16.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Em 30 de junho de 2023, a Companhia possuía 56.713.251 Ações Ordinárias – ON, e 56.778.178 Ações Preferenciais – PN, representando 11,95% do capital social da Casan.

Por não possuir influência significativa nessa empresa, a Celesc mensurou o valor justo de sua participação acionária como investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual desse investimento, tendo como custo histórico de aquisição o montante de R\$110,7 milhões.

Para o cálculo do *valuation* foram realizadas projeções de receita, custos e despesas, por município, até a data de vencimento de cada contrato de prestação de serviço. Por existir incerteza relacionada às renovações ou não desses contratos e, caso fossem renovados, em quais condições seriam, seguiu-se a premissa da otimização dos dados observáveis para a determinação do valor justo, desconsiderando-se a perpetuidade dos fluxos de caixa.

A avaliação refere-se à Companhia individualmente, considerando uma operação normal, de acordo com os mesmos parâmetros observados na data base do cálculo e ajustado ao plano de expansão de rede, divulgado pela Casan ao mercado, em 15 de março de 2022, e construído com base no Parecer Técnico de Certificação da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – Fundace, que visa atingir as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Para a obtenção das premissas de receitas e custos, foram confrontadas as informações extraídas, por município, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS com as informações obtidas nos Demonstrativos Financeiros e Informes Trimestrais auditados da própria Casan.

Os reajustes tarifários, no período de 2023 a 2065, último ano da concessão, foram considerados conforme a expectativa mensal do IPCA, divulgada pelo Bacen, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês de junho de cada ano. Para o ano de 2022, foi considerado um ajuste de 16,01% com aplicação em julho daquele ano, por município, sobre a média das tarifas praticadas em 2021.

Para taxa de desconto foi considerado o WACC nominal de 11,54% ao ano, levando em conta a expiração dos contratos de permissão de cada município. O custo da dívida após os impostos foi de 10,52% ao ano e o custo de capital próprio foi de 11,89% ao ano.

Houve redução da participação no Capital Social da Casan, em virtude da Companhia não ter aceito a proposta de integralização de dividendos para aumento de capital.

Notas Explicativas

Os cálculos foram realizados por consultoria externa e, considerando as premissas de avaliação do valor justo desse investimento, reduziu-se o valor desse ativo a zero, em 31 de dezembro de 2022, sendo seu ajuste reconhecido a débito no patrimônio líquido em subgrupo de ajuste de avaliação patrimonial, situação em que se encontra atualmente.

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, seguiram práticas de mercado e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
	Contas a Receber de Clientes	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber de Clientes	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC						
Dividendos Declarados e JCP	-	32.571	-	-	32.571	-
Faturamento de Energia	-	-	-	8.831	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	83	-	-	1.862.612
Coligadas e Controladas em Conjunto						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	908	-	-	908	-	-
SC Gás						
Dividendos e JCP	6.602	-	-	6.602	-	-
ECTE						
Dividendos e JCP	8.256	-	-	8.256	-	-
Controladas						
Celesc G						
Dividendos e JCP	38.724	-	-	-	-	-
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	102	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	838	-	-	-
Dividendos e JCP	154.806	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	209.296	32.571	1.023	24.853	32.571	1.863.968
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC						
Dividendos Declarados e JCP	-	36.028	-	-	36.028	-
Faturamento de Energia	-	-	-	10.989	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	73	-	-	1.813.399
Coligadas e Controladas em Conjunto						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	1.312
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-
SC Gás						
Dividendos e JCP	1.275	-	-	1.275	-	-
ECTE						
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-
Controladas						
Celesc G						
Dividendos e JCP	27.021	-	-	-	-	-
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	140	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	656	-	-	-
Dividendos e JCP	164.454	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2023	192.750	36.028	869	12.520	36.028	1.814.711

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC						
Receita de Vendas	-	-	-	-	56.005	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(4)	-	-	(72.580)	-	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.184)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(867)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(4.374)	-	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	-	158	-	-	-
Saldo em 30.06.2022	(4.378)	(867)	158	(72.580)	56.005	(7.184)
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC:						
Receita de Vendas	-	-	-	-	53.741	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(3)	-	-	(79.972)	-	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.184)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(918)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(4.030)	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2023	(4.033)	(918)	-	(79.972)	53.741	(7.184)

17.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Honorários	3.136	5.987	3.136	5.987
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.882	1.752	1.882	1.752
Encargos Sociais	838	1.717	838	1.717
Outros	657	1.111	657	1.111
Total	6.513	10.567	6.513	10.567

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

18.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Controladora (i)		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Ativo	-	-	665.376	709.023
Passivo	-	-	(94.235)	(89.214)
Tributo Diferido Líquido	-	-	571.141	619.809

(i) De acordo com o CPC 32 / IAS 12, a Controladora não registra tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal, devido a improbabilidade de que haverá lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Do total de R\$571,1 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$665,3 do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto que o passivo diferido de R\$94,2 milhões se refere a Celesc G.

Notas Explicativas

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Provisão p/ Contingências	132.610	134.256	-	-	132.610	134.256
Provisão p/ Perdas em Ativos	24.862	18.510	-	-	24.862	18.510
Benefício Pós-Emprego	588.428	596.621	-	-	588.428	596.621
Arrendamento	279	176	-	-	279	176
Custo Atribuído	-	-	6.788	6.939	(6.788)	(6.939)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	29.617	72.278	-	-	29.617	72.278
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	46.621	47.681	(46.621)	(47.681)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	57.444	58.749	(57.444)	(58.749)
Bonificação de Outorga	-	-	58.040	54.139	(58.040)	(54.139)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	21.004	19.123	(21.004)	(19.123)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	14.675	14.938	(14.675)	(14.938)
Outras Provisões	-	-	83	463	(83)	(463)
Total	775.796	821.841	204.655	202.032	571.141	619.809

18.2. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014 pelo órgão regulador no valor de R\$86,4 milhões atualizados até 30 de junho de 2023 está em demanda judicial junto à justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Dessa forma, o reajuste tarifário de 2019, 2020, 2021 e 2022 tiveram a realização financeira no montante de R\$65,8 milhões, R\$68,5 milhões, R\$70,2 milhões e R\$76,8 milhões, respectivamente, e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2023 são:

Ano	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
2023	94.191	117.194
2024	89.412	115.770
2025	34.687	34.687
2026	25.605	25.606
Acima de 2027	531.900	528.584
Total	775.795	821.841

18.3. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	24.547	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(444)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	151	
Saldo em 30.06.2023	24.254	

18.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do passivo atuarial e valor justo da CASAN com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2021	1.064.375	
(+) Adição do Passivo Atuarial	(44.435)	
(+) Valor justo da Casan	137.261	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	15.108	
Saldo em 31.12.2022	1.172.309	
(+) Adição do Passivo Atuarial	-	
(+) Valor justo da Casan	-	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-	
Saldo em 30.06.2023	1.172.309	

A não contabilização e evidenciação de IRPJ e CSLL diferidos relacionados ao valor justo da Casan na Celesc H ocorrem pela ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros contra os quais os créditos fiscais possam ser utilizados nos próximos exercícios, conforme os critérios previstos no CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Todavia, a companhia continuará reavaliando anualmente a expectativa de geração de lucro fiscal futuro, para que no momento oportuno possa contabilizar os valores de IRPJ e CSLL diferidos.

18.5. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	433.033	361.025	592.290	513.782
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(147.231)	(122.749)	(201.379)	(174.686)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	151.686	127.237	9.705	11.311
Benefício Fiscal	-	-	(627)	(629)
Incentivo Fiscal	-	-	3.600	2.189
Juros sobre Capital Próprio	(4.518)	(2.996)	30.302	25.713
Provisões Indedutíveis	(1.153)	(1.767)	(1.153)	(1.767)
Multas Indedutíveis	-	-	(2.573)	(3.898)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	(83)	(816)	(83)	(816)
Participação dos Administradores	(233)	(216)	(265)	(242)
Lei do Bem	-	-	1.602	-
Outras Adições (Exclusões)	1.532	1.307	1.614	(9.932)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	(159.257)	(152.757)
Corrente	-	-	(110.589)	(152.500)
Diferido	-	-	(48.668)	(257)
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	26,89%	29,73%

18.6. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

18.6.1 Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal no 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração no 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal encontram-se dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. Em decorrência, estima-se que o provimento do recurso implicou na redução da contingência para aproximadamente R\$165,0 milhões. O processo aguarda retorno à primeira

Notas Explicativas

instância administrativa para a adequação do lançamento aos termos da decisão final proferida no Processo Administrativo. Em paralelo, a Companhia avalia as demais medidas a serem tomadas.

19. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Controladas	2.774.519	2.468.490	-	-
Celesc D	1.990.401	1.716.726	-	-
Celesc G	784.118	751.764	-	-
Controladas em Conjunto	142.138	135.965	142.138	135.965
SCGÁS	142.138	135.965	142.138	135.965
Coligadas	126.066	116.358	236.606	227.314
ECTE	95.503	88.313	95.503	88.313
DFESA	30.563	28.045	30.563	28.045
SPEs	-	-	110.540	110.956
Total	3.042.723	2.720.813	378.744	363.279

19.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital	Capital							
Controladora											
Saldo em 31.12.2022											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.432.655	6.881.685	3.765.969	4.831.645	1.716.726	9.908.754	403.099	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	140.062	815.408	73.332	130.374	751.764	183.022	113.774	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Saldo em 30.06.2023											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.669.371	6.788.753	4.150.573	4.317.150	1.990.401	5.121.258	376.088	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	124.920	851.372	58.126	134.048	784.118	89.766	47.673	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	96.415	584.497	30.012	341.677	309.223	19.057	23.281	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	595.581	427.885	241.792	124.772	656.901	1.123.747	74.505	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	14.900	159.901	17.876	24.216	132.709	34.373	10.933	

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital	Capital							
Consolidado											
Saldo em 31.12.2022											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.598	43.138	2.651	650	42.435	8.289	1.270	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	18.548	52.927	27.120	4.141	40.214	17.772	12.739	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.301	31.703	3.406	4.058	27.540	11.984	1.767	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.289	57.276	4.008	15.164	39.393	5.149	(353)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	313.215	2.209.251	124.123	1.806.912	591.431	319.381	72.259	
Saldo em 30.06.2023											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	96.415	584.497	30.012	341.677	309.223	19.057	23.281	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	595.581	427.885	241.792	124.772	656.901	1.123.747	74.505	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	14.900	159.901	17.876	24.216	132.709	34.373	10.933	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	3.479	42.468	1.900	-	44.047	4.061	1.920	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	21.462	51.853	25.693	1.769	45.853	8.587	8.885	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.264	30.885	3.693	2.794	27.662	5.808	1.283	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.290	55.923	3.047	14.528	39.638	2.457	(282)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	321.885	2.244.097	187.471	1.841.486	537.025	122.587	28.541	

Notas Explicativas

19.2. Informações Financeiras Resumidas das Controladas

19.2.1. Celesc D

19.2.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.06.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Circulante	3.669.371	3.432.655
Caixa e Equivalentes de Caixa	950.117	835.653
Contas a Receber de Clientes	1.729.398	1.743.436
Estoque	30.504	19.946
IRPJ e CSLL a Recuperar	17.513	18.749
Demais Tributos a Recuperar	751.305	633.858
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	47.086
Bônus Escassez Hídrica	1.138	1.138
Outros	142.310	132.789
Não Circulante	6.788.753	6.881.685
Realizável a Longo Prazo	2.318.831	2.615.588
Contas a Receber de Clientes	13.412	16.775
Tributos Diferidos	665.376	709.023
Tributos a Recuperar	166.796	524.012
Depósitos Judiciais	310.351	281.256
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	671.364	596.648
Ativo de Contrato	488.723	408.969
Ativo Financeiro – CVA	-	76.448
Outros	2.809	2.457
Imobilizado	19.683	7.633
Intangível	4.450.239	4.258.464
Total do Ativo	10.458.124	10.314.340

19.2.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.06.2023	31.12.2022
Circulante	4.150.573	3.765.969
Fornecedores	915.432	1.008.600
Empréstimos Moeda Nacional	305.420	262.833
Empréstimos Moeda Estrangeira	65.759	34.396
Debêntures	172.658	207.621
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	219.129	226.132
IRPJ e CSLL a Recolher	41.259	15.366
Demais Tributos a Recolher	233.134	218.393
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	164.454	154.806
Taxas Regulamentares	61.061	55.568
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	87.853	81.701
Passivo de Arrendamento	9.471	1.438
Passivo Atuarial (CPC 33)	243.040	242.238
Passivos Financeiros – CVA	580.524	753.564
Bônus Escassez Hídrica	1.120	1.144
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	914.125	366.981
Outros	136.134	135.188
Não Circulante	4.317.150	4.831.645
Empréstimos Moeda Nacional	368.891	414.003
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.237.394	1.131.923
Debêntures	279.747	356.032
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	33.252	50.410
Taxas Regulamentares	102.655	105.094
Passivo de Arrendamento	11.034	6.716
Passivo Atuarial (CPC 33)	1.608.480	1.659.937
Provisão para Contingências	378.263	373.567
Passivos Financeiros – CVA	65.162	-
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	232.272	733.963
Patrimônio Líquido	1.990.401	1.716.726
Capital Social	1.580.000	1.580.000
Reservas de Lucro	1.171.774	1.171.774
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.035.048)	(1.035.048)
Lucros Acumulados	273.675	-
Total do Passivo	10.458.124	10.314.340

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o repasse de R\$70,0 milhões da Celesc G à Celesc D na forma de contrato de mútuo. A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.316, de 19 de outubro de 2021, tendo sido firmado o contrato entre as partes em 1º de novembro de 2021, data em que foram repassados os recursos. O contrato prevê o acréscimo de juros ao valor principal, com base na remuneração do CDI + 2,1% ao ano, e tinha vigência de 12 meses.

Notas Explicativas

Os recursos repassados tiveram a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do contrato de concessão e de todas as exigências regulatórias para o alcançar dos indicadores de qualidade.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de outubro de 2022, foi aprovada a prorrogação desse contrato por mais 12 meses, visando adequar o fluxo de caixa da Celesc D às necessidades operacionais e de investimento, mitigando os riscos de não cumprimento das obrigações financeiras nos exercícios de 2022 e 2023.

Até 30 de junho de 2023, já foram reconhecidos R\$16,7 milhões (R\$10,5 milhões referentes a 2022 e R\$6,2 milhões referentes a 2023) de juros remuneratórios.

19.2.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	5.121.258	4.943.644
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	4.468.602	4.605.178
Receita de Ativos (Passivos) Financeiros - CVA	55.249	(234.984)
Receita de Construção – CPC 47	584.540	559.154
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	12.867	14.296
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(4.221.125)	(4.174.127)
Custo das Mercadorias Vendidas	(3.208.965)	(3.216.720)
Custo dos Serviços Prestados	(427.620)	(398.253)
Custo de Construção – CPC 47	(584.540)	(559.154)
Resultado Operacional Bruto	900.133	769.517
Despesas Operacionais	(306.250)	(325.034)
Despesas com Vendas	(114.272)	(121.447)
Despesas Gerais e Administrativas	(278.097)	(224.875)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	86.119	21.288
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	593.883	444.483
Resultado Financeiro	(79.821)	(28.381)
Receitas Financeiras	418.656	227.459
Despesas Financeiras	(498.477)	(255.840)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	514.062	416.102
IRPJ e CSLL	(137.974)	(126.381)
Corrente	(94.327)	(131.337)
Diferido	(43.647)	4.956
Lucro Líquido do Exercício	376.088	289.721

19.2.1.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Receita Operacional Bruta – ROB	7.829.409	8.267.904
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.119.529	4.475.458
Fornecimento Não Faturado (a)	(49.117)	33.145
Suprimento de Energia Elétrica (a)	176.335	228.196
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	55.249	(234.984)
Disponibilização da Rede Elétrica	3.513.279	2.707.080
Energia de Curto Prazo	79.371	169.928
Renda de Prestação de Serviços	486	729
Doações e Subvenções	330.618	309.834
Receita de Construção	584.540	559.154
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	12.867	14.296
Outras Receitas Operacionais	6.252	5.068
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.708.151)	(3.324.260)
ICMS	(1.063.723)	(1.566.191)
PIS	(101.739)	(100.937)
COFINS	(468.616)	(464.923)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.024.194)	(1.073.491)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(33.985)	(21.908)
Programa Eficiência Energética – PEE	(11.328)	(21.908)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(4.560)	(3.984)
Outros Encargos	(6)	(70.918)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.121.258	4.943.644

Fornecimento: o decréscimo se deve, principalmente, pela redução da alíquota de ICMS imposta pela Lei Complementar nº 194/2022, bem como a redução no faturamento de Bandeiras Tarifárias, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/MWh.

Energia de curto prazo: Redução na venda de Energia de curto prazo (SUMM001).

Disponibilidade de uso da rede: o acréscimo se deve pela aplicação do reajuste tarifário médio de 11,32%, a partir de 22 de agosto de 2022 (ciclo 2022/2023) e no aumento de consumo médio de 5,6% em MWh (consumidores livres). Há, ainda, a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica

Notas Explicativas

Receita ativo (passivo) financeiro regulatório: Impacto positivamente devido a amortização dos passivos da última revisão tarifária aplicada em agosto de 2022.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Residencial	2.654.023	2.579.997	3.817.360	3.563.920	1.463.447	2.004.629
Industrial	136.073	129.870	5.449.139	5.422.889	437.766	701.608
Comercial	314.540	304.155	2.612.211	2.453.657	749.343	1.138.271
Rural	225.546	229.264	541.689	552.973	196.797	297.175
Poder Público	25.952	24.459	251.421	232.228	94.549	132.261
Iluminação Pública	1.131	1.031	293.887	317.994	65.948	124.082
Serviço Público	4.237	4.096	220.625	198.918	62.562	110.577
Total do Fornecimento	3.361.502	3.272.872	13.186.332	12.742.579	3.070.412	4.508.603
Suprimento de Energia	54	54	1.196.998	1.212.378	176.335	228.196
Total	3.361.556	3.272.926	14.383.330	13.954.957	3.246.747	4.736.799

(i) Informações não revisadas

A redução da ROB no primeiro semestre de 2023 foi determinada, entre outros fatores, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/Mwh. Essa resolução vigorou no período de setembro de 2021 à abril de 2022 e produziu reflexos na ROB no primeiro semestre de 2022. Outro fator relevante para a redução da ROB, por meio da Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022, com efeitos a partir de 1º de julho de 2022, que limitou as alíquotas de ICMS nos Estados, tributo considerado no faturamento de energia elétrica nas distribuidoras. Em SC, a regulamentação da LC nº 194/2022 se deu pela Lei Ordinária nº 18.521, de 3 de novembro de 2022, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2022, também.

19.2.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.06.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	3.208.965	-	-	-	3.208.965
Pessoal	172.307	128.585	14.290	626	315.808
Despesa Atuarial	-	68.885	-	-	68.885
Entidade Previdência Privada	8.285	5.881	525	-	14.691
Material	18.755	4.157	-	8.022	30.934
Custo de Construção	584.540	-	-	-	584.540
Custos e Serviços de Terceiros	84.722	56.121	28.833	790	170.466
Depreciação e Amortização	133.144	17.038	186	-	150.368
Provisões Líquidas	-	-	55.208	59.136	114.344
Outros	10.407	(2.570)	15.230	(154.693)	(131.626)
Total	4.221.125	278.097	114.272	(86.119)	4.527.375

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.06.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	3.216.720	-	-	-	3.216.720
Pessoal	176.179	102.322	30.739	435	309.675
Despesa Atuarial	-	55.731	-	-	55.731
Entidade Previdência Privada	8.253	4.408	1.072	-	13.733
Material	14.299	4.180	-	8.765	27.244
Custo de Construção	559.154	-	-	-	559.154
Custos e Serviços de Terceiros	72.247	44.410	24.256	717	141.630
Depreciação e Amortização	119.634	13.185	199	-	133.018
Provisões Líquidas	-	-	47.878	88.065	135.943
Outros	7.641	639	17.303	(119.270)	(93.687)
Total	4.174.127	224.875	121.447	(21.288)	4.499.161

19.2.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativo (receita) ou Passivo (despesa) Financeiro.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro.

Notas Explicativas

Encargos de dívidas: Os Encargos dos Empréstimos em moeda nacional, do BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No primeiro semestre de 2023 o CDI acumulado foi de 6,44%, sendo que no mesmo período de 2022 foi 5,36%.

Descrição	30.06.2023	30.06.2022 (Reclassificado)
Receitas Financeiras	418.656	227.459
Renda de Aplicações Financeiras	45.298	53.165
Variações Monetárias	20.740	28.506
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	47.885	74.851
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	58.106	62.560
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	251.551	-
Outras Receitas Financeiras	15.355	19.425
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(20.279)	(11.048)
Despesas Financeiras	(498.477)	(255.840)
Encargos de Dívidas	(123.521)	(103.730)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(14.207)	(25.901)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(1.021)	(3.981)
Encargos de Mutuo	(6.152)	(4.774)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(6.717)	(5.575)
Custo na Emissão de Debêntures	(764)	(764)
Variações Monetária Debêntures	(37.689)	(42.312)
Outras Variações Monetárias	(47)	(209)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(49.624)	(55.182)
Juros de Alugueis a Pagar (CPC 06)	(917)	(507)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	(255.880)	(10.898)
Outras Despesas Financeiras	(1.938)	(2.007)
Resultado Financeiro	(79.821)	(28.381)

19.2.2. Celesc G

19.2.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.06.2023	31.12.2022
Circulante	124.920	140.062
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.226	56.826
Contas a Receber de Clientes	13.411	15.800
Estoque	70	73
IRPJ e CSLL a Recuperar	7.323	1.054
Demais Tributos a Recuperar	1.384	1.246
Adiantamento a Fornecedores	-	1.805
Despesas Antecipadas	261	1.043
Dividendos e JCP a Receber	7.950	4.656
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	41.228	40.019
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	18.065	17.536
Outros	2	4
Não Circulante	851.372	815.408
Realizável à Longo Prazo	548.100	532.197
Mútuos (Nota 34.2)	87.853	81.701
Depósitos Judiciais	397	1.212
Demais Tributos a Recuperar	703	768
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	314.081	306.791
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	142.645	139.304
Investimentos	110.540	110.956
Imobilizado	147.443	126.094
Intangível	45.289	46.161
Total do Ativo	976.292	955.470

Notas Explicativas

19.2.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.06.2023	31.12.2022
Circulante	58.126	73.332
Fornecedores	4.654	7.316
Debêntures	5.927	2.849
IRPJ e CSLL a Recolher	17.042	12.767
Demais Tributos a Recolher	1.446	8.472
Taxas Regulamentares	524	498
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	27.021	38.724
Outros	1.512	2.706
Não Circulante	134.048	130.374
Debêntures	37.998	39.611
Tributos Diferidos	94.235	89.214
Taxas Regulamentares	1.815	1.549
Patrimônio Líquido	784.118	751.764
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	35.679	272.975
Reserva de Retenção de Lucros	237.296	-
Dividendos à Disposição da AGO	-	15.319
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.177	13.470
Lucros Acumulados	47.966	-
Total do Passivo	976.292	955.470

19.2.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	89.766	103.928
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	89.766	103.928
Custos de Vendas	(21.710)	(17.984)
Custo de Operação	(21.710)	(17.984)
Lucro Bruto	68.056	85.944
Despesas Operacionais	(5.921)	(9.518)
Com Vendas	(1.553)	(75)
Gerais e Administrativa	(8.822)	(10.109)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(1.715)	1
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.169	665
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	62.135	76.426
Resultado Financeiro	6.821	1.852
Receitas Financeiras	9.390	8.413
Despesas Financeiras	(2.569)	(6.561)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	68.956	78.278
IRPJ e CSLL	(21.283)	(26.376)
Corrente	(16.262)	(21.163)
Diferido	(5.021)	(5.213)
Lucro Líquido do Exercício	47.673	51.902

19.2.2.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	99.969	115.906
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	11.332	13.820
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(434)	830
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	2.208	2.587
Suprimento de Energia Elétrica	41.488	43.211
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(568)	(979)
Energia Elétrica de Curto Prazo	3.031	2.508
Receita Financeira Bonificação de Outorga	29.749	36.925
Receita Financeira Usina Pery	13.162	17.004
Arrendamentos e Aluguéis UFV	1	-
Deduções da Receita Operacional	(10.203)	(11.978)
PIS	(1.439)	(1.760)
COFINS	(6.626)	(8.108)
Taxa Fiscalização	(381)	(442)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(579)	(738)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.178)	(930)
Receita Operacional Líquida – ROL	89.766	103.928

Receita Financeira - A redução verificada nas receitas financeiras, quando comparado o primeiro semestre de 2022 e 2023, é justificada pela redução do IPCA. No primeiro semestre de 2022 o IPCA acumulado foi 5,49%, sendo que no mesmo período de 2023, o IPCA foi 2,87%.

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Industrial	16	10	46.256	59.739	10.898	14.650
Comercial, Serviços e Outros	1	1	10.427	12.125	2.208	2.587
Suprimento de Energia	85	80	318.369	273.203	40.920	42.232
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	2.412	6.252	3.031	2.508
Total	102	91	377.464	351.319	57.057	61.977

(i) Informações não revisadas

19.2.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.06.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	10.279	-	-	-	10.279
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	1.985	-	-	-	1.985
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.697	-	-	-	1.697
Pessoal	1.432	7.160	8	-	8.600
Material	175	31	-	309	515
Custos e Serviços de Terceiros	3.843	1.291	197	-	5.331
Depreciação e Amortização	1.478	215	-	-	1.693
Seguros	782	-	-	-	782
Provisões Líquidas	-	-	1.316	-	1.316
Tributos	68	68	32	-	168
Aluguéis	-	37	-	-	37
Outros	(29)	20	-	1.406	1.397
Total	21.710	8.822	1.553	1.715	33.800

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	30.06.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	8.680	-	-	-	8.680
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	1.197	-	-	-	1.197
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.507	-	-	-	1.507
Pessoal	1.323	7.373	369	-	9.065
Material	361	84	-	-	445
Custos e Serviços de Terceiros	3.312	1.840	149	-	5.301
Depreciação e Amortização (i)	1.492	165	-	-	1.657
Seguros	107	220	-	-	327
Provisões Líquidas	-	-	(473)	-	(473)
Tributos	10	67	30	-	107
Aluguéis	-	69	-	(1)	68
Outros	(5)	291	-	-	286
Total	17.984	10.109	75	(1)	28.167

(i) Amortização: Com a repactuação do risco hidrológico em setembro de 2021, houve o reconhecimento do Ativo Intangível referente ao novo prazo de concessão das UHE's que foram repactuadas. Este Ativo Intangível é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

19.2.2.6. Resultado Financeiro

A receita financeira de R\$6,2 milhões é decorrente do reconhecimento dos juros referentes ao contrato de mútuo com a Celesc D. A redução dos juros das debêntures é justificada pela quitação das debêntures de 2018 ocorrida em novembro de 2022.

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Receitas Financeiras	9.390	8.413
Renda de Aplicação Financeira	3.625	4.158
Juros do Contrato de Mútuo	6.152	4.616
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	1	1
Outras Receitas Financeiras	(388)	(362)
Despesas Financeiras	(2.569)	(6.561)
Juros s/ as Debêntures	(2.338)	(6.182)
Custos na Emissão de Debêntures	(66)	(311)
Atualização do P&D	(103)	(59)
Outras Despesas Financeiras	(62)	(9)
Resultado Financeiro	6.821	1.852

Notas Explicativas

19.3. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	Total
Investimentos	1.716.726	751.764	88.313	104.766	28.045	2.689.614
Mais Valia	-	-	-	31.199	-	31.199
Saldo em 31.12.2022	1.716.726	751.764	88.313	135.965	28.045	2.720.813
Dividendos e JCP Creditados	(102.413)	(15.319)	-	(5.759)	-	(123.491)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(734)	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	376.088	47.673	7.190	12.666	2.518	446.135
Saldo em 30.06.2023	1.990.401	784.118	95.503	142.138	30.563	3.042.723
Investimentos	1.990.401	784.118	95.503	111.673	30.563	3.012.258
Mais Valia	-	-	-	30.465	-	30.465

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs (ii)	Total
Investimentos	88.313	104.766	28.045	110.674	331.798
Mais Valia	-	31.199	-	282	31.481
Saldo em 31.12.2022	88.313	135.965	28.045	110.956	363.279
Integralizações	-	-	-	152	152
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	-	(5.759)	-	(6.737)	(12.496)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(734)	-	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.190	12.666	2.518	6.169	28.543
Saldo em 30.06.2023	95.503	142.138	30.563	110.540	378.744
Investimentos	95.503	111.673	30.563	110.258	347.997
Mais Valia	-	30.465	-	282	30.747

19.4. Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS, em 30 de junho de 2023, é de R\$30,5 milhões e, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$31,2 milhões. O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo da concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até o ano de 2044.

19.5. Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Anualmente, a Companhia e sua subsidiária Celesc G, realizam o teste de recuperabilidade do ágio pago em seus investimentos. Para a mensuração do valor em uso é considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada é o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

20. IMOBILIZADO

20.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora			
	Máquinas e Equipamentos	Outros	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Custo do Imobilizado	50	1	596	647
Depreciação Acumulada	(44)	(1)	(464)	(509)
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Depreciação	(1)	-	(132)	(133)
Custo do Imobilizado	50	1	596	647
Depreciação Acumulada	(45)	(1)	(596)	(642)
Saldo em 30.06.2023	5	-	-	5
Taxa Média de Depreciação	4,00%	-	50,00%	

Notas Explicativas

Consolidado

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.394	90.155	22.260	387.606
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.337)	(12.394)	(63.223)	(1.705)	-	(13.737)	(221.724)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(758)	(758)
Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Adições	-	-	-	-	-	22.224	17.474	39.698
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(35)	-	-	(35)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	35	-	-	35
Depreciação	-	(172)	(17)	(576)	(111)	-	(5.054)	(5.930)
(+/-) Transferências	-	-	-	-	513	(513)	-	-
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(502)	(502)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.872	111.866	39.734	427.269
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.509)	(12.411)	(63.799)	(1.781)	-	(18.791)	(227.619)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(1.260)	(1.260)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2023	7.441	8.641	60	18.342	1.098	111.866	19.683	167.131
Taxa Média de Depreciação	-	3,39%	3,14%	3,14%	11,77%	-	8,33%	

20.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Consolidado	
Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	13,9
Móveis e Utensílios	6,6

Operação	
	Percentuais (%)
Prédios e Construções	3,0
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4
Veículos	12,5
Móveis e Utensílios	4,8

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução nº 674/2015.

20.3. Ativos de Direito de Uso – CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida da rubrica do Imobilizado como Ativos de Direito de Uso.

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente, pela taxa de desconto de 8,09%, calculada pela Companhia.

Notas Explicativas

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	132	7.765
Circulante	-	-
Não Circulante	132	7.765
(+) Adições	-	17.474
(-) Depreciação	(132)	(5.054)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(502)
(-) Baixa	-	-
Saldo em 30.06.2023	-	19.683
Circulante	-	-
Não Circulante	-	19.683
PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	141	8.295
Circulante	141	1.579
Não Circulante	-	6.716
(+) Adições	-	17.474
(-) Baixas	-	-
(+) Juros Incorridos	3	920
(-) Pagamento Principal	(141)	(5.264)
(-) Juros Pagos	(3)	(920)
Saldo em 30.06.2023	-	20.505
Circulante	-	9.471
Não Circulante	-	11.034

20.3.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
2024	2.121	1.194
2025	2.062	1.135
2026	2.039	1.112
2027	2.038	1.112
2027+	2.774	2.163
Total	11.034	6.716

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

21. INTANGÍVEL

	Controladora
Descrição	Ágio
Saldo em 31.12.2022	3.938
Amortizações	(251)
Saldo em 30.06.2023	3.687
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(10.561)
Saldo em 30.06.2023	3.687
Taxa Média Amortização	0,9%

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado					
	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Ágio (iii)	Itens em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Custo Total	6.916.773	7.445	45.879	14.248	1.718	6.986.063
Amortização Acumulada	(2.658.309)	(6.939)	(1.942)	(10.310)	-	(2.677.500)
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Adições (iv)	365.847	-	-	-	-	365.847
Baixas	(28.626)	-	-	-	-	(28.626)
Amortizações	(145.446)	(95)	(777)	(251)	-	(146.569)
Saldo em 30.06.2023	4.450.239	411	43.160	3.687	1.718	4.499.215
Custo Total	7.253.994	7.445	45.879	14.248	1.718	7.323.284
Amortização Acumulada	(2.803.755)	(7.034)	(2.719)	(10.561)	-	(2.824.069)
Saldo em 30.06.2023	4.450.239	411	43.160	3.687	1.718	4.499.215
Taxa Média Amortização	4,4%	20,0%	3,4%	0,9%		

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

(iv) Referem-se aos investimentos realizados pela Celesc D, no primeiro semestre de 2023, bifurcados entre intangível e ativo financeiro.

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Energia Elétrica	-	-	548.741	594.114
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	190.018	195.642
Materiais e Serviços	560	900	133.249	174.135
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	48.181	52.622
Total	560	900	920.189	1.016.513

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

A Companhia entende que os empréstimos já estão no seu valor justo e indexados a índices de mercado.

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Total Moeda Nacional	674.311	676.836
Empréstimos Bancários (i)	578.169	578.809
Empréstimos Bancários (i)	93.253	93.253
Empréstimos Eletrobras (ii)	1.674	2.110
Empréstimos Finame (iii)	1.215	2.664
Total Moeda Estrangeira	1.303.153	1.166.319
Empréstimos – BID (iv)	1.303.153	1.166.319
Total	1.977.464	1.843.155
Circulante	371.179	297.229
Não Circulante	1.606.285	1.545.926

Notas Explicativas

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Companhia.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022, porém, em 2 de dezembro de 2021, ocorreu o aditamento do contrato e o prazo para liquidação do principal passou a ser maio de 2023. Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024. A taxa de juros foi mantida no mesmo percentual da contratação original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025. Não existem covenant relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025. Em abril de 2023, foi realizada a transferência da gestão dos contratos de financiamentos que utilizem recursos da RGR para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBP. Não existem covenant relacionados a esses empréstimos.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 6% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL. Não existem covenant relacionados a esses empréstimos.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

As liberações continuaram ocorrendo e tanto a opção de conversão em moeda nacional quanto a alteração da taxa de juros do contrato mencionadas anteriormente foram mantidas.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 30 de junho de 2023, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Notas Explicativas

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374.302,95	CDI + 0,94 a.a.
28.01.2018	9.704.328,10	CDI + 0,94 a.a.
07.10.2019	26.210.755,00	CDI + 0,99 a.a.
10.12.2019	9.767.891,73	CDI + 0,82 a.a.
09.06.2020	7.273.169,76	CDI + 1,19 a.a.
13.10.2020	35.000.000,00	CDI + 1,85 a.a.
19.03.2021	25.000.000,00	CDI + 1,93 a.a.
14.12.2021	50.000.000,00	CDI + 1,25 a.a.
28.06.2023	28.500.000,00	CDI + 0,76 a.a.

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições no Contrato de Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

23.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Nacional		Estrangeira		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Ano 2024	231.028	276.139	31.728	56.596	262.756	332.735
Ano 2025	137.863	137.864	63.456	56.596	201.319	194.460
Ano 2026	-	-	63.456	56.596	63.456	56.596
Ano 2027	-	-	63.456	56.596	63.456	56.596
Ano 2028 +	-	-	1.015.298	905.539	1.015.298	905.539
Total	368.891	414.003	1.237.394	1.131.923	1.606.285	1.545.926

23.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		Total
	Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.833	414.003	676.836
Encargos Provisionados	48.651	-	48.651
Transferências	45.112	(45.112)	-
Amortizações de Principal	(1.879)	-	(1.879)
Pagamentos de Encargos	(49.297)	-	(49.297)
Saldos em 30 de junho de 2023	305.420	368.891	674.311

23.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		Total
	Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.396	1.131.923	1.166.319
Ingressos	-	137.655	137.655
Atualização Monetária	(2.043)	(456)	(2.499)
Encargos Provisionados	82.240	-	82.240
Transferências	31.728	(31.728)	-
Pagamento de Encargos	(80.562)	-	(80.562)
Saldos em 30 de junho de 2023	65.759	1.237.394	1.303.153

24. DEBÊNTURES

24.1. Debêntures 2018 – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250,0 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Companhia (Celesc Holding) prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Notas Explicativas

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023, com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020, e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 30 de junho de 2023, foram pagos R\$57,7 milhões de remuneração e R\$233,3 milhões de principal.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

24.2. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de abril de 2021, 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550,0 milhões, com vencimento para 15 de abril de 2026. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

As debêntures são da espécie quirografária, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória. A Companhia prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6 % ao ano.

A remuneração está prevista para pagamento de duas maneiras: a primeira, de forma trimestral e a partir da data de emissão, com vencimento todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, iniciando em 15 de julho de 2021 e terminando em 15 de outubro de 2022, e a segunda, de forma mensal e a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência. Até 30 de Junho de 2023, foram pagos R\$140,8 milhões de remuneração e R\$115,1 milhões de principal.

A amortização está prevista em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida em 15 de outubro de 2022.

Anualmente, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

24.3. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciou em junho de 2021 e a amortização iniciará em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 30 de junho de 2023, foram pagos R\$4,4 milhões de remuneração.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa e o equivalente de caixa foram superiores às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$14,4 milhões, tornando o resultado de Dívida Líquida nulo para a relação. A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Notas Explicativas

24.4. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	606.113	
Encargos Provisionados	40.027	
Pagamentos Encargos	(40.563)	
Pagamentos do Principal	(110.077)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	764	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	66	
Saldo em 30.06.2023	496.330	
Circulante	178.585	
Não Circulante	317.745	

24.5. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Ano 2023	554	1.384
Ano 2024	1.056	1.056
Ano 2025	1.054	1.054
Ano 2026+	927	927
Total	3.591	4.421

24.6 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição						Controladora
	31.12.2022	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	30.06.2023
Dividendos e JCP a Pagar	157.602	(93.528)	(93.528)	-	111.150	175.224
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 20.4)	141	(141)	(141)	(3)	3	-
Total	157.743	(93.669)	(93.669)	(3)	111.153	175.224

Descrição							Consolidado
	31.12.2022	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa(ii)	30.06.2023
Empréstimos e Financiamentos	1.843.155	137.655	(1.879)	135.776	(129.859)	128.392	1.977.464
Debêntures	606.113	-	(110.077)	(110.077)	(40.563)	40.857	496.330
Dividendos e JCP	157.602	-	(93.528)	(93.528)	-	111.150	175.224
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 20.4)	8.295	-	(5.264)	(5.264)	(920)	18.394	20.505
Total	2.615.165	137.655	(210.748)	(73.093)	(171.342)	298.793	2.669.523

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$130,9 milhões. As debêntures totalizaram R\$40,0 milhões.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.337	1.241	127.844	115.144
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	78.000	108.854
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	4.677	10.197
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	29.048	27.070
Folha de Pagamento Líquida	378	297	14.527	16.815
Total	1.715	1.538	254.096	278.080
Circulante	1.715	1.538	220.844	227.670
Não Circulante	-	-	33.252	50.410

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Notas Explicativas

Planos	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI 2016	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2017	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2018	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2019	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2020	24 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2021	15 anos (i)	De 24 a 60	Não há

(i) Desde que o empregado tenha pelo menos 50 anos de idade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

Plano	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI-E 2020	33 anos	De 36 a 60	18

Em setembro de 2021, foi aprovada a realização do PDI 2021 (edição vigente). Os desligamentos do PDI 2021 iniciaram em novembro e contam com um total de 196 saídas até o momento.

Desde a implantação do programa até 30 de junho de 2023, ocorreram 1.224 desligamentos.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa, classificados por ano.

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	47	-
Totais	1.224	488.528

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

26. TRIBUTOS

26.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
IRRF S/ JCP	3.868	4.305	11.729	17.173
PIS e COFINS	5.242	9.659	48.610	49.419
Outros	56	17.865	3.043	21.290
Total a pagar	9.166	31.829	63.382	87.882
(-) Tributos a compensar	(475)	(806)	(859.752)	(1.101.756)
Total	8.691	31.023	(796.370)	(1.013.874)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
IRPJ e CSLL	-	2.863	58.301	30.996
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(46.330)	(43.524)	(71.166)	(63.329)
Total	(46.330)	(40.661)	(12.865)	(32.333)

26.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
ICMS	-	-	178.146	168.346
Total a Recolher	-	-	178.146	168.346
(-) Tributos a Compensar	-	-	(59.916)	(57.941)
Total Líquido	-	-	118.230	110.405

Notas Explicativas

26.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
ISS	107	107	2.282	2.566
IPTU	-	-	43	7
Total a Recolher	107	107	2.325	2.573
(-) Tributos a Compensar	-	-	(995)	(992)
Total Líquido	107	107	1.330	1.581

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Programa Eficiência Energética – PEE (i)	67.366	61.094
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (i)	59.648	54.759
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	19.472	19.472
Parcelamento ECE (ii)	18.426	26.254
Taxa de Fiscalização ANEEL	823	824
Outros	320	306
Total	166.055	162.709
Circulante	61.585	56.066
Não Circulante	104.470	106.643

i) P&D e PEE – Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

ii) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 30 de junho de 2023, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Tributária	49.889	47.578	23.983	19.222
Trabalhistas	4.771	4.686	-	2.298
Cíveis	1.898	3.027	528	575
Regulatórias	23.222	22.111	3.358	3.358
Total	79.780	77.402	27.869	25.453

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Tributária (i)	52.001	48.849	36.782	30.847
Trabalhistas (ii)	15.687	22.757	57.763	45.704
Cíveis (iii)	133.985	108.513	178.030	199.019
Regulatórias (iv)	187.457	179.751	132.031	121.027
Ambientais (v)	1.398	-	1.526	2.423
Total	390.528	359.870	406.132	399.020

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo em 31.12.2022	77.402	25.453	359.870	399.020
Constituição	245	5.245	93.086	112.809
Atualização Financeira	3.523	-	14.643	5.271
Baixas	(1.390)	(2.829)	(77.071)	(110.968)
Saldo em 30.06.2023	79.780	27.869	390.528	406.132

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.404.7200, em que é parte, no valor de R\$28,0 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. O processo aguarda instrução por perícia judicial.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$15,1 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18. 017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

Na Celesc D, o depósito judicial mais relevante se refere ao processo nº 1005589- 77.2017.4.01.3400, no valor de R\$119,1 milhões. A discussão, em âmbito judicial, é sobre o processo de subcontratação de 2014, onde existem dois impactos: o primeiro sobre a questão do não repasse tarifário apurado pela ANEEL e o segundo sobre a penalidade apurada pela CCEE. Destaca-se o fato da penalidade de subcontratação ter um rito específico e multilateral, que deve contemplar, inclusive, discussões *ex-post*.

Em 2020, a sentença da 6ª Vara Federal Cível do Distrito Federal julgou o processo improcedente em primeiro grau. Na ação, a Celesc D visava anular a penalidade imposta pela CCEE em razão da falta de lastro contratual no ano de 2014. A Celesc D interpôs apelação cível e mantém a discussão, considerando que tal decisão não levou em conta diversos aspectos da apuração da penalidade. Para conseguir um efeito suspensivo e não ser considerada inadimplente a distribuidora ofertou depósito judicial no valor integral da penalidade. Considerando a peculiaridade do caso e a avaliação do fato concreto, existe razoável possibilidade de anular a sentença e, assim, o processo foi classificado com uma estimativa de perda possível.

Na Celesc D, houveram, ainda, um depósito de R\$ 15,9 milhões no processo 5029579-87.2023.8.24.0023 referente ao reequilíbrio financeiro do contrato com a EMEPLAN, bem como um depósito de 14,7 milhões no processo 5036528-30.2023.8.24.0023 ref. Incêndio da FLORINFO.

As baixas mais relevantes por perdas em depósitos judiciais são referentes as indenizações de fumicultores no norte do Estado, ambiental pelo vazamento de óleo de transformador, ressarcimentos de seguro, verbas rescisórias, intervalos intrajornada e interjornada de trabalho, exploração de faixa de domínio, inexistência de débito, dano mora, rescisão contratual, alteração de classe de consumo e dano material.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e também de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas à contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas a notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$15,1 milhões e se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5029049-48.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário. A Celesc opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do crédito tributário. Julgados improcedentes os embargos e apresentado recurso. O Tribunal negou provimento ao recurso da Companhia, sendo apresentado recurso à instância superior.

Notas Explicativas

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$41,2 milhões; ações de ressarcimento para as seguradoras em torno de R\$8,5 milhões; reclassificação tarifária de R\$3,9 milhões; revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em, aproximadamente, R\$19,7 milhões; incêndios no montante de R\$20,7 milhões, cobrança indevida no valor de R\$3,7 milhões, Portarias DNAFE, em torno de R\$ 11,5 milhões e CDI-OVER, em torno de R\$ 11,1 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014 (Nota 2.1.1.1, item d).

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

28.2. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Tributárias (i)	237.686	150.602
Trabalhistas (ii)	29.361	20.596
Cíveis (iii)	439.084	432.505
Regulatórias (iv)	202.480	190.529
Ambientais (v)	26.009	28.432
Total	934.620	822.664

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil (Nota 18.6.1).

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$17,9 milhões.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

Notas Explicativas

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes, danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$100 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$53 milhões de danos morais/materiais, R\$20,4 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$ 65 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

29. PASSIVO ATUARIAL

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Planos Previdenciários	690.524	740.746
Plano Misto e Plano Transitório (a)	690.524	740.746
Planos Assistenciais	1.160.996	1.161.429
Plano CELOS Saúde (b)	1.106.507	1.106.999
Outros Benefícios (c)	54.489	54.430
Total	1.851.520	1.902.175
Circulante	243.040	242.238
Não Circulante	1.608.480	1.659.937

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões referem-se ao saldo da dívida pactuada com a CELOS em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou, a partir de 2015, a atualização monetária e os juros como resultado financeiro, em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefício a Empregados.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

Notas Explicativas

29.1. Resultados da Avaliação Atuarial

29.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	
Saldo em 31.12.2021	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.503	-	(39.756)	136	-	(38.117)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	-	111.118
Juros s/ Obrigação Atuarial	259.463	68.033	116.387	160	5.975	450.018
Benefícios Pagos no Exercício	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(5.071)	(426.121)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(97.178)	(28.790)	(621)	36	(5.365)	(131.918)
Saldo em 31.12.2022	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154

29.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	
Passivo (Ativo) em 31.12.2021	567.108	313.574	1.078.690	-	58.891	2.018.263
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(1.998.714)	(390.962)	(52.626)	(13.529)	-	(2.455.831)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	11.852	-	11.852
Passivo (Ativo) em 31.12.2022	482.960	257.786	1.106.999	-	54.430	1.902.175

29.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio		
Saldo em 31.12.2021	1.941.920	369.239	50.097	12.800		2.374.056
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)		(421.050)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-		111.118
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	87.566	78.562	65.669	-		231.797
Rendimentos Esperados dos Ativos	203.257	38.936	6.287	1.352		249.832
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(42.887)	(22.467)	(24.255)	(313)		(89.922)
Saldo em 31.12.2022	1.998.714	390.962	52.626	13.529		2.455.831

29.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Trimestre

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Plano Transitório	12.865	14.549
Plano Misto	26.651	28.855
Plano Médico	40.453	35.172
Outros Benefícios	3.123	3.056
Total	83.092	81.632
Despesa Pessoal	68.885	55.731
Despesa Financeira	14.207	25.901
Total	83.092	81.632

29.1.5. Despesa Estimada para o Exercício de 2023

A estimativa da despesa para o exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2023
Plano Transitório	25.730
Plano Misto	53.303
Plano Pecúlio	153
Plano Médico	80.905
Outros	6.093
Total	166.184

Notas Explicativas

29.1.6. Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2022	740.746	1.106.999	54.430	1.902.175
Pagamento	(89.738)	(40.945)	(3.064)	(133.747)
Provisão	39.516	40.453	3.123	83.092
Saldo em 30.06.2023	690.524	1.106.507	54.489	1.851.520

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na Nota 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão ressarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, destaca-se que, na Revisão Tarifária Periódica - RTP da Celesc D de 22 de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória, até que a ANEEL regulamentasse a forma de devolução para os consumidores da área de sua concessão a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/Cofins aos clientes de Distribuidoras.

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que vigora então com o inciso II, do artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos já compensados pela Celesc D, no montante de R\$ 806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% aos consumidores.

Desta forma, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2022 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2022, no valor de R\$778,4 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir a Consumidores do Passivo Não Circulante para a conta Passivo Financeiro – CVA do Passivo Circulante. Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, foi constituído um Ativo Financeiro – CVA em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente descontados no último processo tarifário de forma precária, em virtude de a atualização feita pela ANEEL não estar alinhada à legislação tributária vigente, conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da CP05/2021 com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão junto aos processos nº 48500.001747/2020-22 e nº 8500.004897/2021-79 e, adicionalmente, expressos na Nota Técnica nº 161/2022-SGT/ANEEL, de 12/8/2022:

Notas Explicativas

56. Por meio da Carta CELESC S/N de 11 de agosto de 2022, a concessionária se manifestou em relação a divergências na forma de atualização e de contabilização dos valores de reversão ao consumidor de créditos de PIS/COFINS. Ressaltamos que o tema ainda se encontra em discussão no âmbito da CP nº 05/2021 e os apontamentos da CELESC serão levados em conta no fechamento do normativo. Uma vez definida e homologada a metodologia regulatória para o tratamento dos valores, eventuais ajustes futuros dos valores poderão ser feitos.

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante ao processo sob nº 5016157-78.2019.4.04.7200, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

Conforme Nota 11.1 – PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo), a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, haverá a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2023.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

31.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

31.3. Resultado Básico e Diluído por Ação

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de junho de 2023 e de 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem: a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais; b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais. Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 30 de junho de 2023 e de 2022, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Nesse exercício, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Demonstrações Financeiras Anuais.

No primeiro trimestre, em 30 de junho de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

31.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	10,5938	8,8322
Ações Preferenciais Nominativas – PN	11,6532	9,7154
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	164.492	137.139
Ações Preferenciais Nominativas – PN	268.541	223.886
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	433.033	361.025

31.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 2023, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cuja aprovação está demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Valor Bruto	Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	16.03.2023	45.874	41.693
2º Trimestre	22.06.2023	46.270	42.006
Total		92.144	83.699

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofrerão atualização monetária, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

31.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,16 bilhões, em 30 de junho de 2023, e R\$1,16 bilhões, em 31 de dezembro de 2022, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Custo Atribuído – Celesc G (a)	13.177	13.470
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.035.048)	(1.035.048)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.159.132)	(1.158.839)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes (Nota 16).

Notas Explicativas**32. RECEITAS E DESPESAS****32.1. Receita Operacional Líquida Consolidada****32.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta**

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Receita Operacional Bruta – ROB	7.925.170	8.379.066
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.133.000	4.491.818
Fornecimento não faturado (a)	(49.551)	33.975
Suprimento de Energia Elétrica (a)	215.381	268.217
Suprimento não faturado (a)	(568)	(979)
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	3.511.582	2.705.573
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	12.867	14.296
Receita Financeira	42.911	53.929
Renda de Prestação de Serviços	486	729
Energia Elétrica de Curto Prazo	82.402	172.436
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro (Parcela A - CVA)	55.249	(234.984)
Outras Receitas Operacionais	6.252	5.068
Doações e Subvenções (ii)	330.618	309.834
Receita de Construção	584.540	559.154
Repactuação Risco Hidrológico GSF	1	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.718.354)	(3.336.238)
ICMS	(1.063.723)	(1.566.191)
PIS	(103.178)	(102.697)
COFINS	(475.242)	(473.031)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.024.194)	(1.073.491)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(34.564)	(22.646)
Programa Eficiência Energética – PEE	(11.328)	(21.908)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(4.941)	(4.426)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.178)	(930)
Outros Encargos	(6)	(70.918)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.206.816	5.042.828

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), no primeiro semestre de 2023, foi de R\$282,5 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$17,1 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$23,5 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$2,8 milhões.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Residencial	2.654.023	2.579.997	3.817.360	3.563.920	1.463.447	2.004.629
Industrial	136.089	129.880	5.495.395	5.482.628	448.595	716.211
Comercial	314.541	304.156	2.622.638	2.465.782	751.551	1.140.858
Rural	225.546	229.264	541.689	552.973	196.797	297.175
Poder Público	25.952	24.459	251.421	232.228	94.549	132.261
Iluminação Pública	1.131	1.031	293.887	317.994	65.948	124.082
Serviço Público	4.237	4.096	220.625	198.918	62.562	110.577
Total do Fornecimento	3.361.519	3.272.883	13.243.015	12.814.443	3.083.449	4.525.793
Suprimento de Energia	139	134	1.515.367	1.485.581	214.813	267.238
Total	3.361.658	3.273.017	14.758.382	14.300.024	3.298.262	4.793.031

(i) Informações não auditadas

Notas Explicativas**32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.06.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	2.319.172	-	-	-	2.319.172
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	899.615	-	-	-	899.615
Pessoal (c)	173.739	140.244	14.298	626	328.907
Administradores	-	6.513	-	-	6.513
Despesa Atuarial	-	68.885	-	-	68.885
Entidade de Previdência Privada (c)	8.285	5.884	525	-	14.694
Material	18.930	4.188	-	8.331	31.449
Custo de Construção	584.540	-	-	-	584.540
Custos e Serviços de Terceiros	88.496	60.301	29.030	790	178.617
Depreciação e Amortização	134.622	17.386	186	985	153.179
Provisões Líquidas	-	-	56.524	61.552	118.076
Arrendamento e Aluguéis	689	3.932	147	(239)	4.529
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(128.725)	(128.725)
Outras Receitas/Despesas	10.539	(5.398)	15.115	(29.730)	(9.474)
Total	4.238.627	301.935	115.825	(86.410)	4.569.977

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.06.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	2.347.279	-	-	-	2.347.279
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	876.128	-	-	-	876.128
Pessoal (c)	177.502	114.471	31.108	435	323.516
Administradores	-	6.117	-	-	6.117
Despesa Atuarial	-	55.731	-	-	55.731
Entidade de Previdência Privada (c)	8.253	4.412	1.072	-	13.737
Material	14.660	4.264	-	8.765	27.689
Custo de Construção	559.154	-	-	-	559.154
Custos e Serviços de Terceiros	75.512	49.225	24.405	717	149.859
Depreciação e Amortização	121.126	13.465	199	985	135.775
Provisões Líquidas	-	-	47.405	92.278	139.683
Arrendamento e Aluguéis	367	4.854	126	(219)	5.128
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(105.745)	(105.745)
Outras Receitas/Despesas	7.386	(2.893)	17.207	(22.204)	(504)
Total	4.187.367	249.646	121.522	(24.988)	4.533.547

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	1.643.140	1.510.561
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	30.477	5.107
Itaipu Binacional	342.920	500.538
Contratos Bilaterais	25.740	27.117
Cotas de Energia Nuclear	105.043	111.465
Cotas de Garantia Física	254.360	260.313
Proinfa	147.472	171.548
PIS/COFINS	(229.980)	(239.370)
Total	2.319.172	2.347.279

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Encargo de Uso do Sistema	724.517	583.434
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	9.914	219.813
Encargos de Transporte de Itaipu	51.610	44.673
Encargo de Energia de Reserva – EER	205.270	117.510
PIS/COFINS	(91.696)	(89.302)
Total	899.615	876.128

Notas Explicativas

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Pessoal	4.499	4.776	328.907	323.516
Remunerações	4.266	4.620	155.023	170.560
Encargos Sociais	107	111	70.030	64.513
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	19.263	26.360
Benefícios Assistenciais	-	-	48.930	44.472
Provisões e Indenizações	59	-	35.558	17.523
Outros	67	45	103	88
Previdência Privada – CELOS	3	4	14.694	13.737
Total	4.502	4.780	343.601	337.253

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

32.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022 (Reclassificado)
Receitas Financeiras	54	(2.000)	421.948	229.098
Renda de Aplicações Financeiras	2.134	725	51.057	58.048
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	58.107	62.561
Variações Monetárias	-	158	20.740	28.506
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	47.885	74.851
Renda de Dividendos	2.662	4.000	2.662	4.000
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	-	-	251.551	-
Outras Receitas Financeiras	5.248	1.110	20.665	20.583
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(9.990)	(7.993)	(30.719)	(19.451)
Despesas Financeiras	(146)	(239)	(495.040)	(257.866)
Encargos de Dívidas	-	-	(123.521)	(103.730)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(14.207)	(25.901)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(1.021)	(3.981)
Variações Monetárias	-	-	(37.736)	(42.521)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(6.820)	(5.634)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(49.624)	(55.182)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(3.168)	(7.257)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(3)	(12)	(920)	(519)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	-	-	(255.880)	(28.381)
Outras Despesas Financeiras	(143)	(227)	(2.143)	15.240
Resultado Financeiro	(92)	(2.239)	(73.092)	(28.768)

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração e correspondente aos trimestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, são as seguintes:

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	30.06.2023	
				Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	5.121.258	89.766	(4.208)	5.206.816
Custo das Vendas	-	(4.221.125)	(21.710)	4.208 (i)	(4.238.627)
Depreciação	-	(133.144)	(1.478)	-	(134.622)
Resultado Operacional Bruto	-	900.133	68.056	-	968.189
Despesas com Vendas	-	(114.086)	(1.553)	-	(115.639)
Despesas Gerais e Administrativas	(14.883)	(261.059)	(8.822)	-	(284.549)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	2.991	86.119	(1.715)	-	87.395
Depreciação e amortização	(1.118)	(17.224)	(215)	-	(18.557)
Resultado de Equivalência Patrimonial	446.135	-	6.169	(423.761) (ii)	28.543
Resultado das Atividades	433.125	593.883	62.135	(423.761)	665.382
Receitas Financeiras	54	418.656	9.390	(6.152) (iii)	421.948
Despesas Financeiras	(146)	(498.477)	(2.569)	6.152 (iii)	(495.040)
Resultado Financeiro, Líquido	(92)	(79.821)	6.821	-	(73.092)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	433.033	514.062	68.956	(423.761)	592.290
IRPJ e CSLL	-	(137.974)	(21.283)	-	(159.257)
Lucro Líquido do Exercício	433.033	376.088	47.673	(423.761)	433.033
Total dos Ativos	3.417.178	10.458.124	976.292		
Total dos Passivos	215.987	8.467.723	192.174		

Notas Explicativas

30.06.2022

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	4.943.644	103.928	(4.744)	5.042.828
Custo das Vendas	-	(4.054.493)	(16.492)	4.744 (i)	(4.066.241)
Depreciação	-	(119.634)	(1.492)	-	(121.126)
Resultado Operacional Bruto	-	769.517	85.944	-	855.461
Despesas com Vendas	-	(121.248)	(75)	-	(121.323)
Despesas Gerais e Administrativas	(14.547)	(211.690)	(9.944)	-	(236.181)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	4.684	21.288	1	-	25.973
Depreciação	(1.100)	(13.384)	(165)	-	(14.649)
Resultado de Equivalência Patrimonial	374.227	-	665	(341.623) (ii)	33.269
Resultado das Atividades	363.264	444.483	76.426	(341.623)	542.550
Receitas Financeiras	(2.000)	227.459	8.413	(4.774) (iii)	229.098
Despesas Financeiras	(239)	(255.840)	(6.561)	4.774 (iii)	(257.866)
Resultado Financeiro, Líquido	(2.239)	(28.381)	1.852	-	(28.768)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	361.025	416.102	78.278	(341.623)	513.782
IRPJ e CSLL	-	(126.381)	(26.376)	-	(152.757)
Lucro Líquido do Período	361.025	289.721	51.902	(341.623)	361.025
Total dos Ativos	3.074.526	10.304.572	961.442		
Total dos Passivos	175.345	8.632.866	225.993		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2023/2024

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2023/2024, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,2 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil) Ciclo 2023/2024	Receita Mensal (R\$/mil) Ciclo 2023/2024
UHE Pery	27.779	2.315
UHE Garcia	12.773	1.064
UHE Bracinho	16.405	1.367
UHE Cedros	11.766	980
UHE Palmeiras	25.010	2.084
UHE Salto	8.343	695

34.2. Emissão de Novas Debêntures e Aditamento de Contrato com o Banco Safra

Em reunião, no dia 10 de agosto de 2023, o Conselho de Administração autorizou o lançamento de Chamada Pública para uma nova emissão de Debêntures na Celesc D.

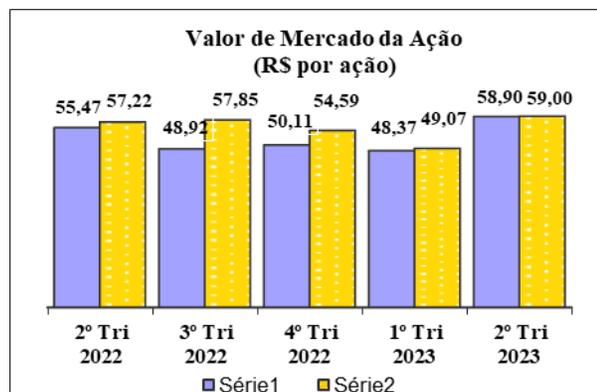
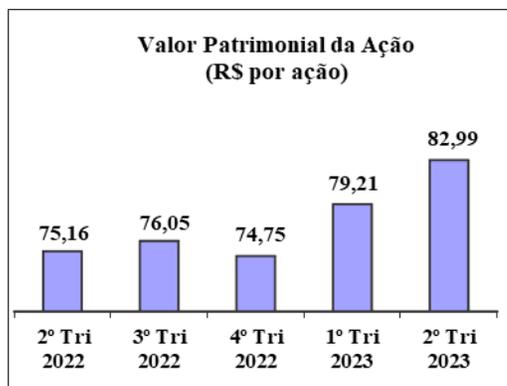
Na mesma reunião, foi aprovado o aditamento do contrato firmado entre a Celesc D e o Banco Safra nas mesmas condições contratuais e com o pagamento da primeira parcela em agosto de 2024.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

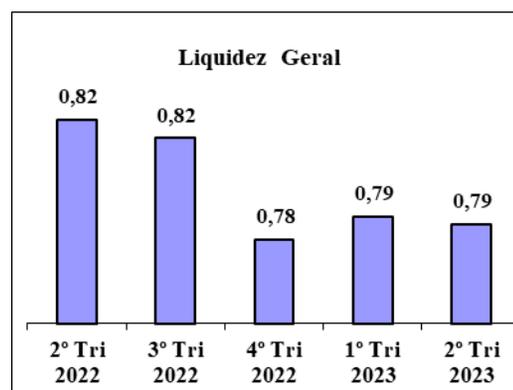
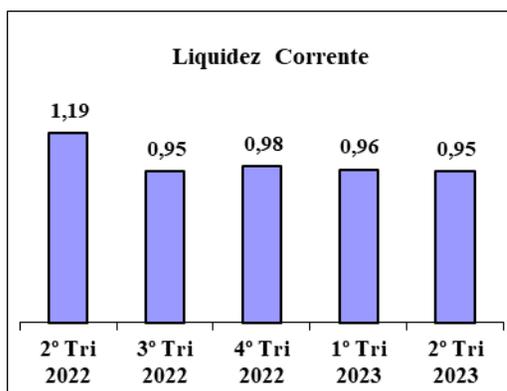
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

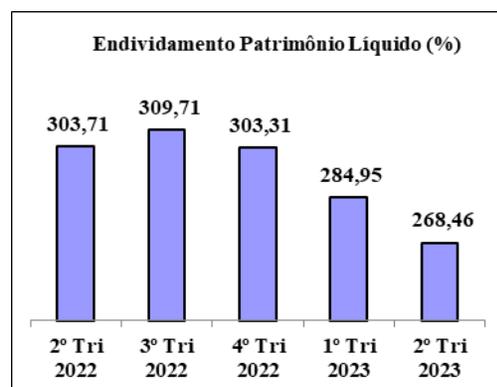
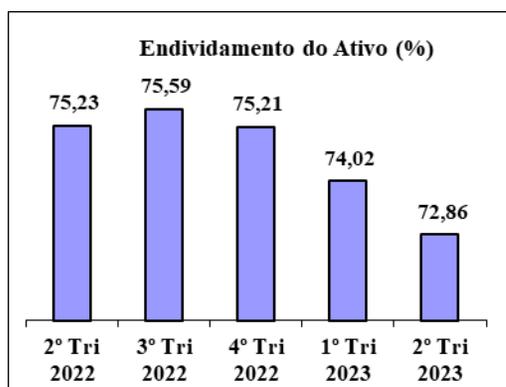
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

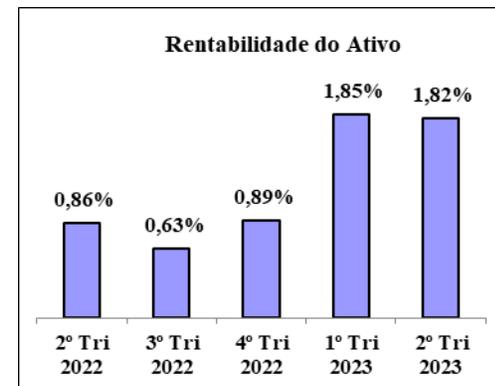
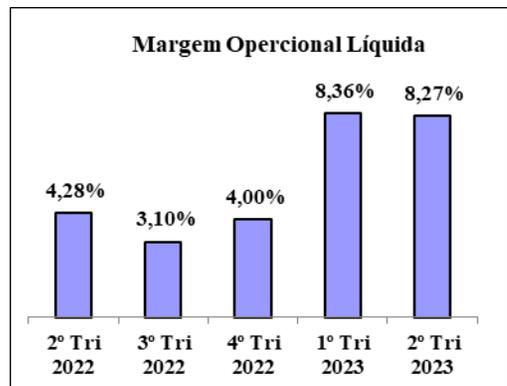
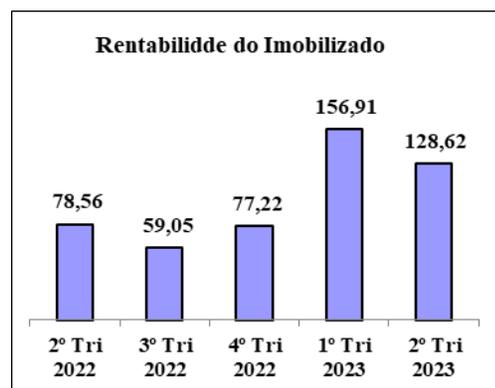
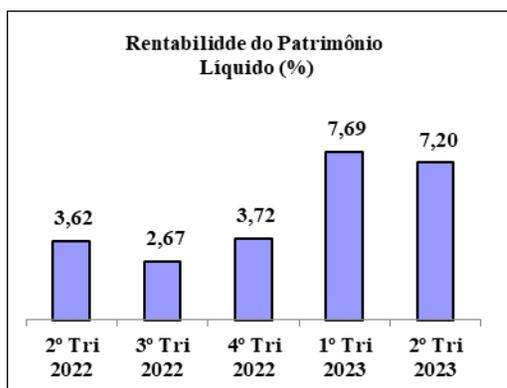


1.3. Endividamento

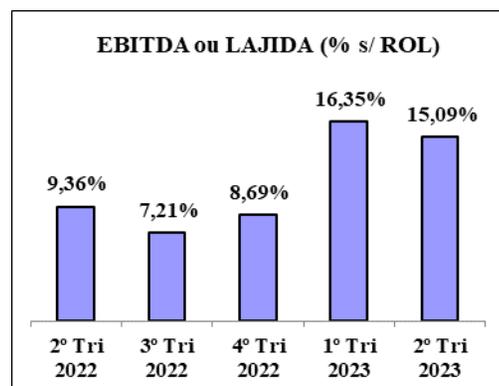
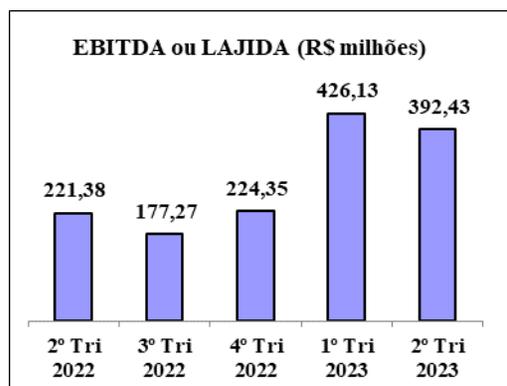


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

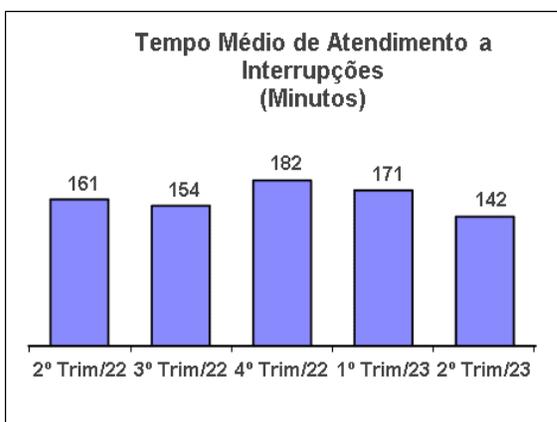
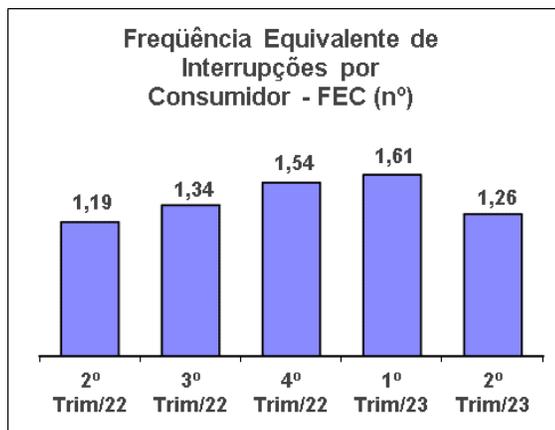
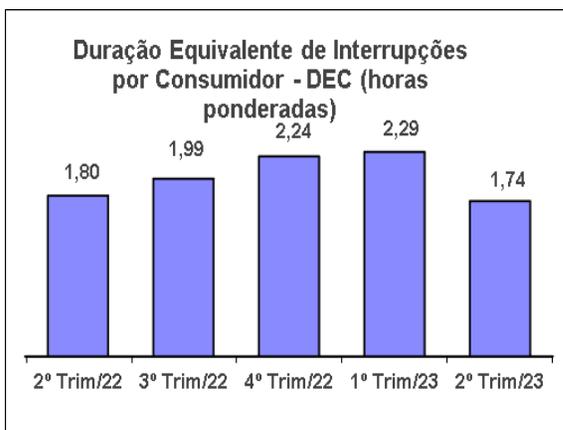
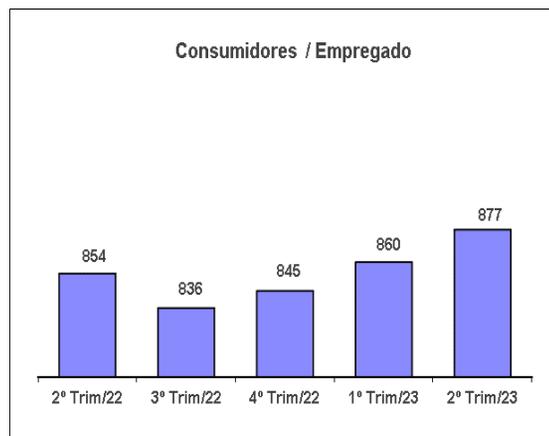
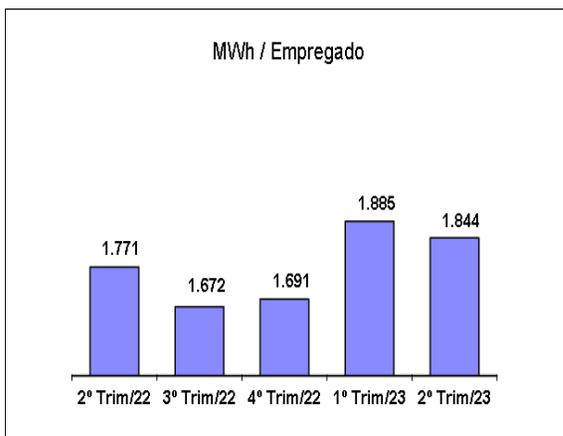


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de Junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2023 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente, dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2022 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 05 de agosto de 2022, sem modificação.

Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levassem a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de Agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2023.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Júnior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2023.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Júnior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0